

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: » De mudança.](#) 4

Folha de S. Paulo

[Título: Melhor prevenir](#) 33

O Estado de S. Paulo

[Título: » Deixa disso.](#) 50

[Título: Aprovado edital de venda de distribuidoras](#)..... 69

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: » De mudança.	4
Título: Congresso joga parado	4
Título: PIB minguate	6
Título: Amor psicótico	7
Título: Equívocos, danos e uma boa proposta	8
Título: O Tesouro somos nós.....	10
Título: Concorrência leal	12
Título: Tragédia na greve.....	13
Título: MPF investiga grevistas por tentativa de ‘mudar regime’	16
Título: Milicianos estariam agindo nas estradas do Rio.....	18
Título: Empresas do Rio pedem para adiar impostos	20

Título: Governo anuncia que diesel mais barato começa a valer amanhã	22
Título: TST eleva multa para paralisação de petroleiros	22
Título: Movimento de carga recomeça no Porto de Santos	24
Título: Desabastecimento de botijões de gás já é considerado grave	25
Título: Greve trava recuperação econômica em 2018.....	26
Título: ‘Paralisação terá efeito devastador na economia’	28
Título: Perdas no campo reduzem projeção do PIB agropecuário.....	30
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	32
Título: Agora, os petroleiros.....	32
Título: Melhor prevenir	33
Título: Greve de caminhoneiros e o modelo tributário esgotado	34
Título: Caminhoneiros dispersam com ajuda do Exército e estradas já são liberadas	35
Título: Líder radical orienta caminhoneiro a encerrar bloqueios	38
Autor: Wálter Nunes	38
Título: Presidente da Abcam é filiado ao PSDB e já foi acusado de fazer locaute	38
Título: Petrobras defende política de preço em vídeo a funcionários.....	40
Título: Diesel começa a chegar aos postos com desconto.....	42
Título: Petroleiro descumpre decisão e inicia greve	43
Título: Petrobras leva Bolsa a cair 11% em maio, pior mês em 4 anos	44
Título: Privatização da Petrobras é rejeitada por 55%.....	45
Título: PIB mostra retomada lenta, e parada de caminhoneiros piora cenário.....	45
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	48
Título: Triste episódio.....	48
Título: » Deixa disso.	50
Título: Flerte com o abismo	51
Título: Aposto no caos	52
Título: Presidenciáveis encaram ‘ônus’ da greve	54
Título: Perdas com a greve superam R\$ 75 bi.....	56
Título: Distribuição de combustível avança no País.....	57
Título: ‘Abastecimento volta ao normal até o fim de semana’	58
Título: Caminhoneiro é morto com pedrada na cabeça em Rondônia	59
Título: STF determina que empresas paguem multa	60
Título: Na área de saúde, mais de 248 mil procedimentos deixam de ser feitos	61
Título: PIB fraco e greve abatem cálculos para a economia	62

Título: Paralisação deve prejudicar crescimento de todo o ano.....	64
Título: Análise - O PIB fraco e a inflação abaixo da meta.....	65
Título: Análise - Resultado confirma retomada, mas incerteza aumenta.....	66
Título: 'País ficou com menos combustível para se recuperar'	67
Título: Aprovado edital de venda de distribuidoras.....	69
Título: Multa diária por greve de petroleiros passa de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões	69
Título: Por R\$ 7,6 bi, Enel vence disputa pela Eletropaulo	71
Título: TCU declara Queiroz Galvão inidônea por período de 5 anos.....	72
Título: #somostodoscaminhoneiros, porém... ..	73
Título: Greve dos caminhoneiros: quem paga? José Pastore e Eduardo Pastore.....	75
VEÍCULO: Correio Braziliense	77
Título: Morte eleva nível de tensão nas estradas	77
Título: Esperança de preço mais baixo.....	80
Título: Ainda faltam mercadorias.....	82
Título: Multa maior para petroleiros.....	83
Título: O corpo mole dos governadores.....	84
Título: Tanques vazios em oito aeroportos.....	85
Título: Retomada segue lenta e PIB cresce 0,4%	87
Título: Sabotagem agrava a crise	89

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Andreza Matais****Título: » De mudança.**

Coluna do Estadão

O ex-ministro interino da Secretaria- Geral da Presidência Joaquim Lima de Oliveira vai assumir a vice-presidência de Governo da Caixa. Joaquim é ex-secretário executivo do **Ministro Moreira Franco (Minas E Energia)**.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: Congresso joga parado**

Poder em jogo

Desde que começou a greve no transporte de cargas, há dez dias, a Câmara e o Senado gastaram 79 horas em debates sobre a crise. Os deputados realizaram 11 sessões. Os senadores, nove. Juntos, ouviram convidados. Na maior parte do tempo, parlamentares se dedicaram a críticas ao governo — algo previsível em um ano eleitoral, diante dos efeitos da greve, dos altos preços dos combustíveis e da elevada impopularidade do presidente da República.

O resultado concreto foi um projeto emergencial para permitir ao governo bancar o custo da redução do preço do diesel. O Congresso, porém, não discutiu e nem apresentou qualquer proposta de solução para o problema estrutural, os efeitos da política de impostos em vigor sobre os preços dos combustíveis. Ou seja, ajudou a tirar o sofá, mas preferiu deixar o elefante na sala. O impasse permanece. Senado e Câmara se habituaram a entregar ao Judiciário suas disputas e a repassar ao Executivo a resolução dos problemas do país, principalmente os do Orçamento. Os parlamentares estão abdicando da sua principal função — para a qual foram eleitos. A maioria vai tentar a reeleição em outubro.

Plano abortado

Afoitos para mostrar serviço em meio à crise, deputados saíram frustrados no maior desejo: convocar o presidente da Petrobras, Pedro Parente, alvo da

maioria dos discursos, a se explicar na Câmara. “Não podemos. Nós podemos até convocar ministro de Estado, mas não presidentes de estatais”, lamentou o deputado Tenente Lúcio (PR).

Unindo forças

O bloco criado por Rodrigo Maia (DEM) para tentar unir o centrão em uma só candidatura vai fazer pesquisa para ver qual nome tem melhor resposta do eleitorado. Devem testar Maia, Flávio Rocha (PRB), Josué Gomes (PR), entre outros.

Sem serviço

Criada para fiscalizar a ação da Abin, a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência ainda não se reuniu este ano. Em 2017, houve só um encontro para ouvir o general Etchegoyen, chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

Vale o dobro

Um ano após a decisão de Litel, que reúne os fundos de pensão estatais, Bradespar, BNDESPar e Mitsui, de levar a Vale para o Novo Mercado da B3, a cotação do papel da Vale quase dobrou: acumula alta de 86%, de maio de 2017 até maio deste ano.

ENTREVISTA

CRISTOVAM BUARQUE - SENADOR (PPS-DF)

Qual o papel do Congresso nessa crise?

– Assumir o compromisso de sair da demagogia e a cair na real. Tem a obrigação de contar a verdade: a festa acabou, e os recursos são limitados. Ficar fora da realidade é fácil: é inflação, dívida, juros altos e recessão.

E o que o Congresso deveria fazer?

– Definir de onde sai o dinheiro para manter os preços dos combustíveis nos limites. A Comissão de Orçamento deveria estar reunida oferecendo alternativas. Aí, dizem que o problema é do governo. Não, é do Brasil.

E o Brasil conseguirá pagar a conta?

Pagar, vai. Mas precisa decidir se com dinheiro real ou com o dinheiro ilusório da inflação. Historicamente, nas crises, o país sempre escolhe a inflação, e esquece que essa é a pior forma de corrupção: rouba de todos e engana,

porque as pessoas não percebem. A tarefa é difícil, sobretudo porque não queremos, no Congresso, ter essa autoridade e competência. Se não pagarmos essa conta, corremos o risco da desagregação social.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Alvaro Gribel (De São Paulo)

Título: PIB minguante

O crescimento vai minguando a cada indicador, a cada mês, a cada evento. O PIB do primeiro trimestre, divulgado ontem, foi de alta de 0,4%, mas há vários números que mostram um ritmo menor do que se previa. E agora há os temores sobre o estrago que a greve do transporte fez no segundo trimestre. Mesmo as consultorias que tinham uma visão mais otimista acham que o PIB do ano pode ficar abaixo de 2%.

A AMB Associados já considerou que o país cresceria 3,5% este ano, mas depois de analisar os números do PIB do primeiro trimestre acha que “se tudo der certo” o ano termina em 1,9%. O Itaú Unibanco até recentemente estimava uma alta de 4% e baixou para 2%. Mas o relatório enviado pelo banco alerta que ainda não incorporou “um eventual impacto das paralisações”. O maior temor é o de que a confiança dos empresários e dos consumidores caia e isso afete o crescimento do segundo semestre. Para entender o estágio atual da economia brasileira, é preciso enxergar duas coisas. O PIB de fato parou de cair e está positivo em todas as formas de comparação feitas pelo IBGE. Cresceu 0,4% sobre o quarto trimestre, 1,2% sobre o primeiro trimestre de 2017, e acelerou no acumulado em 4 trimestres, de 1% para 1,3%. Ou seja, a recessão ficou de fato superada. O problema é que 13,4 milhões de brasileiros vivem o drama do desemprego e esse ritmo de recuperação é muito lento.

A comparação do trimestre de fevereiro a abril, divulgado esta semana, com o mesmo período do ano anterior, mostra queda do desemprego. Mas essa redução tem sido hesitante para a dimensão do problema. Olhando os setores em separado, o consumo das famílias cresce há cinco trimestres seguidos, e os investimentos, há quatro. A taxa de investimento em relação ao PIB também voltou a subir, depois de três anos seguidos de queda. A agropecuária foi uma surpresa positiva. Mas os serviços continuam decepcionando e estão praticamente estagnados há dois trimestres. E esse é justamente o setor que mais gera emprego na economia. A indústria de transformação também decepcionou e recuou 0,4% no primeiro trimestre, depois de quatro altas. A construção civil ainda não engrenou e caiu 0,6%.

O economista Sérgio Vale, da MB Associados, chama atenção para a desaceleração do PIB na taxa trimestral, quando se compara um trimestre com o mesmo período do ano anterior. O número baixou de 2,1% para 1,2% e poderá ficar menor no segundo trimestre. “Os dados têm mostrado piora adicional em abril, que ao se juntar com a greve dos caminhoneiros pode levar a um dado do segundo trimestre ainda mais baixo do que foi o primeiro trimestre”, escreveu em relatório. A crise fiscal ainda é o principal entrave para o crescimento da economia. O governo continua no vermelho em R\$ 118 bilhões e o presidente Temer preferiu evitar que fosse investigado pela Justiça a votar a reforma da Previdência. Com a greve dos caminhoneiros, se comprometeu a subsidiar o diesel, o que poderá agravar ainda mais a situação das contas públicas. A eleição de outubro não tem um candidato competitivo que defenda a agenda de reformas e a chance de vitória de um candidato populista ameaça as projeções de crescimento do PIB do ano que vem. A alta recente do dólar deixou os países emergentes mais vulneráveis.

O cenário externo, que até então era favorável, está cheio de incertezas. A crise cambial na Argentina pode afetar a exportação brasileira de manufaturados, principalmente da indústria automobilística, que vinha crescendo de forma expressiva. Nas outras recuperações, após episódios recessivos, a economia brasileira cresceu fortemente. Desta vez, as expectativas e os indicadores estão mingando. Vários fatos explicam isso. O mais forte é o redemoinho em que entrou a política brasileira. Uma quebra de safra pode atingir a agricultura e em seguida ser superada, um choque de custos pode afetar a indústria e em seguida ela ser absorvido. Mas não se faz crescimento sem confiança. E é isso que está faltando diante da extrema incerteza na qual o Brasil vive.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Amor psicótico

David Zylbersztajn, ex-presidente da ANP, diz, com certa tristeza e independentemente de ideologia, que o país mantém um amor psicótico em relação à Petrobras: — Todo mundo diz que ama a empresa, mas, ao mesmo tempo, quer matá-la. É o que acontece agora. É o que aconteceu no governo Dilma, que seguiu artificialmente os preços dos combustíveis e deu prejuízo de uns R\$ 60 bilhões à empresa. Faz sentido.

Fator Aracilba

Pelo menos quatro conselheiros da Eletrobrás relutam em aprovar o nome de Aracilba da Rocha para dirigir o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

Alegam que o cargo exige experiência técnica. Ela, que foi secretária de finanças da prefeitura de Campina Grande, é uma indicação do PMDB da Paraíba.

Ponto final

A escolha de Sofia.

Uma dessas sugestões do Cade para a redução do preço dos combustíveis é a permissão para postos de autosserviço, como os que existem em algumas nações mais ricas. Só que, levada ao extremo, a ideia representaria a demissão de meio milhão de frentistas — isso num país muito desigual e com uma multidão de desempregados. O que fazer? Cartas para a Redação.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Carlos Alberto Sardenberg

Título: Equívocos, danos e uma boa proposta

O governador de São Paulo, Márcio França, candidato à reeleição, propôs o tabelamento do preço do diesel (reduzido) e dos fretes (aumentado). Os governos já tabelaram muita coisa no Brasil — e o resultado foi sempre o mesmo: mercado paralelo, escassez e preços em alta. No caso, além desse precedente, há o fator Petrobras: a empresa não seria obrigada a operar no vermelho? O governador respondeu: "Não dá para uma empresa brasileira, que também pertence aos brasileiros, querer pensar em dólar".

Parece fazer sentido, mas é um equívoco enorme. Não se trata de "querer pensar". O fato é que a Petrobras compra em dólar, vende em dólar, toma empréstimo e recebe investimentos em dólar. Não porque queira. Mas porque não tem como fazer isso tudo apenas em reais. Na verdade, o governador apenas seguiu ideias, quer dizer, a opinião rala de que políticas "justas" não têm custo. E, no entanto, é claro: se a estatal tem prejuízo vendendo para alguns brasileiros, a conta vai acabar no bolso de outros brasileiros.

Assim como ocorre com o esquema de preços do diesel, o esquema negociado. Serão reduzidos os impostos sobre o óleo diesel, e o governo federal vai subsidiar o combustível, ou seja, vai pagar parte do preço. Portanto, o governo, que está operando com déficit, vai arrecadar menos dinheiro e ter uma despesa a mais. Vai daí que só tem duas possibilidades. Ou cobra impostos de outros setores ou gasta menos em obras e serviços que atendem outras pessoas.

Não pode aumentar impostos — reagem líderes políticos, assim respondendo a bronca de muita gente. O governo admite, e ministros garantem que não haverá

aumento de impostos, mas redução de incentivos. Incentivo, no caso, significa simplesmente o seguinte: o setor beneficiado paga menos imposto. Retirado ou reduzido o incentivo, o setor inevitavelmente vai pagar mais impostos — chamem isso como quiserem. Por exemplo, o governo paga aos exportadores 2% do que vendem no exterior.

Isso é justificado como o ressarcimento de impostos cobrados no processo de produção. Ok, digamos que é correto, que não se deve exportar impostos. Mas o caso permanece: se for retirado esse incentivo, o exportador vai pagar mais imposto para subsidiar o gasto do governo com o óleo diesel. Em bom português: é retirar um subsídio para financiar outro subsídio. Ou, aumentar um imposto aqui para reduzir ali.

Exatamente como ocorre com a alegação de que haverá apenas "reoneração" da folha de pagamentos de vários setores industriais. Ora, reonerar com o quê? Com impostos que haviam sido eliminados. Atenção, subsídios podem ser uma política social: tirar dinheiro de alguns, mais ricos, para financiar outros, mais pobres. Mas precisa ser uma política clara. Dizer que não tem custo é abrir caminho para práticas que tiram do mais pobre — aquele que paga os impostos de consumo e serviços — para entregar a quem não precisa ou que está no fim da fila.

BOA PROPOSTA

No meio de tantos equívocos, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) apresentou uma proposta muito boa para o comércio de combustível. São nove pontos, destacando-se:

- permitir que produtores de álcool vendam diretamente aos postos;
- permitir que distribuidoras e refinarias sejam proprietárias de postos;
- fim da proibição de importação de combustível pelas distribuidoras; -reduzir ICMS, mudando o sistema de cobrança;
- permitir os postos de autosserviço, como aqueles dos EUA , nos quais o próprio consumidor passa cartão e abastece.

Tudo para aumentar a competição e reduzir custos.

‘NÃO FALTOU SÓ ESPINAFRE

A crise não trouxe apenas danos sociais e econômicos. Mostrou também danos morais. Aconteceu num mercadinho de bairro em São Paulo. A dona, diligente, havia conseguido algumas verduras e avisou à clientela. Formaram-se uma pequena fila e uma grande discussão. Uma senhora havia arrematado todos os dez maços de espinafre. No caixa, outras freguesas perguntaram se ela tinha restaurante. Não tinha.

Observaram que a verdura acabaria estragada. Ela explicou que ia cozinhar e congelar. Então, foram ao ponto: caramba, havia outras pessoas na fila, ela não poderia levar só o que consumiria de imediato? "Não, estou pagando e cheguei primeiro", foi a resposta. Compras exageradas nos supermercados, estoques domésticos, filas nervosas nos postos de combustível — teve muito comportamento na base de cada um por si. Cabem nessa categoria as greves e manifestações oportunistas. Governo fraco, cedendo, também vou buscar o meu — tal foi o comportamento de muita gente.

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Ascânio Seleme

Título: O Tesouro somos nós

A Petrobras perdeu mais de uma centena de bilhões de reais em valor de mercado ao não negociar o preço do óleo diesel, ignorando inúmeros sinais de estresse financeiro de um dos seus melhores clientes, os caminhoneiros, responsáveis por 70% do consumo. Afinal, que importância têm os clientes se a empresa estava agindo de modo eficiente, exatamente como manda o mercado, protegendo os interesses de seus acionistas? Os mesmos que agora micam com a desvalorização espetacular de suas ações.

O principal acionista da Petrobras, o que mais perdeu dinheiro com a eficiente gestão na empresa, atende pelo nome de Brasil. Fomos nós, leitor, eu e você, que ficamos com o mico. Sairá de nossa poupança mais da metade deste rombo bilionário. Mas isso não incomoda todo mundo. Muita gente que entende de economia e mercado aplaude a Petrobras e diz que ela apenas cumpriu sua obrigação. Aumentar os combustíveis 229 vezes em dois anos foi razoável, dizem os especialistas.

É verdade que a gestão da empresa foi boa, que a tirou do buraco gigante aberto pela administração anterior. Difícil é explicar como a colocou de volta lá. Como a Petrobras não viu o colapso que se avizinhava? Não foi por falta de sinais. O colunista José Casado mostrou na sua coluna de terça passada que oito avisos foram dados por caminhoneiros e transportadoras ao governo desde outubro de 2014. Só não viu quem não quis. E a Petrobras, que é governo, ficou cega e surda diante da agonia de seus clientes.

Qualquer outra empresa negociaria o quanto fosse necessário para evitar perda desse tamanho. Os especialistas dizem que a Petrobras não percebera que a coisa ficaria tão feia. Pode ser, apesar dos avisos repetidos de que a situação era

de desespero do outro lado do balcão, pode ser. Mas, mesmo não enxergando muito longe, era claro que acordos prévios evitariam que a situação de penúria dos clientes chegasse ao ponto de ebulição.

Um acerto de preços era recomendável até mesmo como forma de manter os clientes vivos, e consumindo. As perdas geradas pela imprevidência da Petrobras ainda estão sendo contabilizadas pelos demais setores da economia atingidos com a paralisação do país. Passa dos R\$ 32 bilhões o volume de recursos que deixaram de circular nesses últimos dez dias. A arrecadação de impostos caiu R\$ 5 bi no período. As atividades industriais foram reduzidas gradativamente e chegaram a 60% da sua capacidade.

Embora o setor não tenha a soma feita, o prejuízo deve estar na casa da dezena de bilhões. A agricultura perdeu R\$ 6,6 bilhões; o comércio, em cinco estados apenas, perdeu R\$ 3,1 bi; o setor de serviços ainda apresentará a sua conta. O Brasil parou, e o prejuízo é astronômico. E vem mais por aí. Como a Petrobras não negociou, não foi soltando a pressão da panela aos poucos; afinal, a empresa estava fazendo apenas o que manda o mercado, a explosão ocorreu, e o socorro agora vem na forma de subsídios.

Os caminhoneiros ganharam tudo o que pediram, de uma vez só. A pergunta é quem arcará com o custo de mais de R\$ 13 bilhões? Ora, a conta sairá do Tesouro Nacional, explicou o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. E o que é o Tesouro, caro leitor? O Tesouro somos nós. Foi Margaret Thatcher quem disse que não existe essa coisa chamada dinheiro público, o que existe é dinheiro arrecadado do bolso dos contribuintes. O Estado não tem nenhuma fonte de dinheiro, a não ser a dos cidadãos.

O dinheiro que paga as contas do governo não é do Tesouro, é seu e é meu. Ele apenas é guardado pelo Tesouro para, teoricamente, ser aplicado na melhoria das condições de vida de todos os contribuintes. O dinheiro dos caminhoneiros sairá do Tesouro, nosso bolso, e será depois recomposto por mais impostos, nosso bolso de novo. O governo, por sua vez, também esperou a explosão para agir. E pagou mais caro na redução de imposto sobre o diesel, na flexibilização do pedágio e com a criação de uma política de preços mínimos para fretes.

Acuado, também não soube aplicar o rigor da lei e usar da força quando era flagrante a sua necessidade, como no momento em que a greve foi tomada por "infiltrados". O ano está perdido, sucumbiu pela eficiente incompetência do governo federal e seu braço petrolífero. Os números do PIB do segundo semestre mostrarão o tamanho do buraco. Mas, tudo bem, temos o Tesouro para pagar a conta.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Gesner Oliveira****Título: Concorrência leal**

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estima crescimento de 3,7% ao ano no consumo de energia elétrica até 2026 no Brasil. Para fazer frente a tal expansão, é crucial promover uma agenda com mais concorrência e menos concentração de mercado no setor. Em primeiro lugar, é fundamental que os processos concorrenciais ocorram em condições isonômicas. As regras das licitações e dos leilões no setor elétrico devem deixar os competidores nacionais e estrangeiros em condições de igualdade, por exemplo, no que diz respeito às garantias de contratos e seguros.

Nessa linha, a existência de mecanismos que evitem uma concorrência desleal por conta de subsídios de governos a empresas estatais estrangeiras é primordial, uma vez que este subsídio fere as normas básicas do regime da Organização Mundial do Comércio. Em segundo lugar, é notável que o custo de capital ainda seja alto para empresas nacionais. Como o risco Brasil está elevado, e é determinante para o risco de crédito da empresa, as companhias nacionais partem na competição em clara desvantagem quando precisam tomar empréstimos em bancos no país ou em emissões a mercado.

Com o diferencial entre juros locais e os praticados nos EUA, Europa e Ásia, verificou-se um expressivo aumento na participação de empresas estrangeiras no setor. Desde 2016, tanto em geração quanto em transmissão, as empresas estrangeiras ficaram com cerca de 50% dos valores negociados nos leilões. No mesmo período, foram realizadas mais de 15 fusões e aquisições, sendo que, em 95% dos casos, considerando o valor das empresas, o comprador era de origem estrangeira. Uma agenda para a redução do custo de capital exige a promoção de um ambiente macroeconômico e regulatório estável.

Com isso, os concorrentes nacionais poderão ser mais competitivos nas futuras disputas, beneficiando o consumidor. Em terceiro lugar, existe uma tendência de concentração do setor elétrico. As quatro maiores empresas (C4) respondem por aproximadamente 85% do mercado na transmissão, 55% na distribuição e 45% na geração. Neste contexto, chama a atenção o leilão de venda da distribuidora Eletropaulo, programado pela B3 para segunda-feira, e que promete alterar ainda mais o cenário de concentração do setor.

Com o leilão, o C4 da distribuição deve aumentar para 65%. Os efeitos maléficos da concentração são conhecidos: com maior poder de mercado, as empresas podem estrangular fornecedores, reduzir a competição no mercado e diminuir a

disputa em novas licitações. É necessário que se avalie, caso a caso, os impactos dos aumentos da concentração para preservar a concorrência.

Por fim, é importante aprimorar o ambiente de negócios, de modo a garantir que não ocorra uma concorrência desleal e que se evite uma concentração demasiada de mercado. Os resultados dessas medidas, finalmente, contribuem para aprimorar o nível da prestação de serviços de energia elétrica e aumentar a eficiência global das empresas. Os consumidores agradecem.

Gesner Oliveira é professor da FGV-SP e foi presidente da Sabesp e do Cade

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Karla Gamba, Carolina Brígido, Geralda Doca, Aline Ribeiro, Thiago Herdy E Gabriel Martins

Título: Tragédia na greve

Escalada de violência leva à morte de caminhoneiro. Exército libera vias, e abastecimento melhora

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO - No décimo dia de paralisação dos caminhoneiros, a crise de desabastecimento no país arrefeceu, as principais rodovias foram liberadas, mas a violência aumentou. A ação de alguns manifestantes para impedir aqueles que tentam deixar os protestos ou furar pontos de bloqueio resultou ontem em uma tragédia: o caminhoneiro José Batistela, de 70 anos, morreu depois de ser atingido por uma pedra na cabeça. Ele passava por uma manifestação na BR-364, que estava liberada para o tráfego, em Vilhena (RO). De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), ele foi socorrido, mas não resistiu aos ferimentos. Houve relatos de agressões em vários estados. À noite, o ministro da Segurança, Raul Jungmann, informou que o líder do protesto está detido e estaria sendo ouvido. — Essa violência é um exemplo trágico do equívoco da violência política e da tentativa de se constranger, agredir e desnaturar um movimento que começou com reivindicações, muitas delas justas, e que foram em sua integralidade atendidas pelo governo — afirmou Jungmann.

De acordo com a PRF, há ainda no país 197 pontos de concentração de manifestantes. Devido aos casos de intimidação e violência, o Palácio do Planalto criou um canal via WhatsApp para receber denúncias. A ideia é que o SOS Caminhoneiro (061 99154-4645) receba vídeos e imagens que retratem abusos e permitam identificar os responsáveis. — O que estamos assistindo é um espetáculo degradante de covardia daqueles que querem impedir os

caminhoneiros de voltar às suas famílias. Vamos punir na forma da lei com rigor esses que estão cometendo essa violência — afirmou Jungmann. Já o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, disse que os caminhoneiros estão sendo vítimas de aproveitadores: — Temos uma carona, nesse movimento, de aproveitadores que estão ultrapassando todos os limites.

Jungmann disse que foram presos “infiltrados” que impediram a volta de caminhoneiros ao trabalho, mas não informou quantas prisões foram feitas. Ele informou ainda que a Polícia Federal abriu 54 inquéritos por conta da greve dos caminhoneiros. Estão sendo investigados suspeitos de locaute (greve das empresas) e sabotagem. Segundo o ministro, o governo não cogita estender o decreto de Garantia da Lei e da Ordem, que colocou as Forças Armadas nas ruas. Na capital de Roraima, caminhoneiros eram impedidos de passar pelo ponto de concentração na BR-174, em Boa Vista. De acordo com o site G1, ontem pela manhã um caminhão foi perseguido, rendido e depois agredido por outros caminhoneiros ao tentar passar pelo bloqueio. A PRF foi ao local. Um dos manifestantes afirmou que o caminhoneiro estaria em alta velocidade e que havia “desrespeitado a categoria” por furar o bloqueio. Além das agressões, a perda de carga.

Um caminhoneiro foi parado por grevistas ao tentar seguir pela BR-163 em Sinop, a 503 km de Cuiabá. Sua carga foi confiscada pelos manifestantes, que a derramaram na pista. No Paraná, o secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (Sesp-PR), Júlio Reis, disse que alguns caminhoneiros relataram ter sido mantidos em cárcere privado. Caminhoneiros no Rio Grande do Norte contaram estar sendo coagidos, com violência verbal e ameaças físicas, para permanecer nos bloqueios. Quem não quer recorre a estradas de terra, percorrendo o dobro da distância, segundo informações da Polícia Militar, do Exército e de empresários. Caso de Genilson de Souza, que transportava calcário para uma empresa de Parnamirim. Ele contou que chegou a ficar 18 horas preso em um bloqueio: — Pegar estrada de barro não é seguro. Mas se for pelas pistas, eles não deixam passar.

DEPOIS DA ESCOLTA, AGRESSÕES

“Socorro, mande alguém acudir a gente”. Foi o apelo feito em uma ligação para a PM do estado ontem, quando um motorista de caminhão que passava por uma estrada que liga Natal à BR-101, em Parnamirim, cidade vizinha, foi cercado por cerca de 20 caminhoneiros. Agentes foram até o local e dispersaram o bloqueio. Já em Minas Gerais, motoristas de caminhões tanque teriam sido agredidos quando já não contavam mais com a escolta da PM, denunciou o presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda. Ele disse que alguns manifestantes fotografaram e fizeram vídeos das placas de caminhões que

saíam da Refinaria Gabriel Passos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, para abastecer postos.

Depois da entrega, quando não havia mais escolta, os veículos teriam sido depredados e alguns motoristas, agredidos. — Recebi a denúncia de pelo menos quatro casos em que bateram no motorista e depredaram o caminhão. Teve um motorista que disse ter tido um prejuízo de R\$ 4 mil. Os motoristas, que já conhecem os grevistas há muito tempo, ficam intimidados — contou Miranda. Segundo ele, as agressões ocorreram entre o último sábado, dia 26, e terça-feira. Miranda disse ainda que a Fecombustíveis também recebeu denúncia de que alguns grupos isolados de policiais estariam cobrando de donos de postos de combustíveis para fazer a escolta dos caminhões-tanque. A PM mineira afirmou que a informação é “inverídica” e que, caso tenha conhecimento de fatos similares, tomará as providências cabíveis.

Em Ponta Porã (MS), na tarde de terça-feira, dois caminhoneiros dizem ter sido ameaçados de morte ao tentar abandonar um ponto de bloqueio, de 15 manifestantes, na BR-463, na divisa do Brasil com o Paraguai. O líder do movimento perseguiu, atirou contra o para-brisa do caminhão e depois agrediu um dos homens. Uma perícia será feita para verificar se foi pedra ou tiro de arma de fogo. Uma viatura da PRF, que havia sido acionada para ajudar os caminhoneiros a deixarem o protesto, chegou na hora da confusão. — Demos voz de prisão, mas ele correu para o Paraguai — afirmou um delegado da PRF. Segundo a PRF, o acusado é Vanderlei de Almeida, de 45 anos. Ele já foi preso duas vezes. A polícia ainda estava apurando por quais crimes. Um dos dois caminhões de Almeida parados na BR-463 trazia uma inscrição no para-brisas pedindo a intervenção militar.

Na BR-163, perto de Campo Grande (MS), um grupo de cerca de seis homens atirou paus e pedras em caminhões, aos gritos de “vaza, louco” e “vai, filho da p...”, na tarde da última terça-feira. O comboio de caminhões-tanque, gás e baús-frigoríficos era escoltado por agentes da PRF. Pelo menos quatro veículos foram danificados. Pelo lado positivo, as principais rodovias do país não têm mais bloqueios. A Rodovia Régis Bittencourt, entre São Paulo e Curitiba, está liberada. Na manhã de ontem, o Exército iniciou uma operação para retirar caminhoneiros em cinco trechos da rodovia. Um grupo de no máximo 50 pessoas permanecia em um posto de gasolina que servia de base para os caminhoneiros. — Lutamos tanto para sermos tirados desse jeito — disse um caminhoneiro. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) e as Forças Armadas liberaram trechos ocupados por manifestantes em Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso, Paraná, Roraima e São Paulo. Por volta das 18h, a Rodovia Presidente Dutra não apresentava bloqueios.

ONDA DE ‘FAKE NEWS’ É PRÉVIA PARA ELEIÇÕES

Em nota, a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) informou que pedirá às autoridades para garantir a segurança dos caminhoneiros que queiram retomar as atividades. Além disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou ao Supremo Tribunal Federal petição adicional cobrando R\$ 67,2 milhões em multas de outras nove transportadoras que descumpriram decisão liminar e não desobstruíram rodovias. Já foram multadas, até agora, 96 transportadoras, no total de R\$ 272,3 milhões.

Para ajudar no trabalho de desobstrução de vias, o governo vai editar uma medida provisória (MP) permitindo que policiais da PRF trabalhem nas folgas, a fim de aumentar o contingente nas estradas. Isso permitirá um reforço equivalente a 2 mil policiais. O ministro Jungmann disse ainda que as fake news que pipocaram durante a greve dos caminhoneiros dão uma ideia do que a sociedade terá de enfrentar nas eleições de outubro: — Tivemos uma avant première do que serão as fake news nas eleições. Uma quantidade impressionante, quase infinita de notícias falsas divulgadas nas redes sociais, e isso deve chamar atenção.

APOIO E REPRESÁLIA - SINDICATOS DE POLICIAIS FEDERAIS SÃO PRÓ-GREVE

-BRASÍLIA- Entidades ligadas à Polícia Rodoviária Federal (PRF) e à Polícia Federal (PF), que estão atuando para debelar a crise gerada pela greve dos caminhoneiros, divulgaram apoio público à paralisação. Pelo menos dois sindicatos da PRF — Santa Catarina e Paraná — e a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) manifestaram essa posição em notas. A Fenapef afirmou que “a luta da categoria é a nossa luta.” Já o sindicato da PRF do Paraná manifestou solidariedade “não apenas com os caminhoneiros, mas também com cada brasileiro e brasileira que mais uma vez assume uma injusta fatura da corrupção.” Paraná e Santa Catarina estão entre os estados com mais bloqueios. (Renata Mariz e Frederico Lima, estagiário, sob supervisão de Francisco Leali)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Vinicius Sassine

Título: MPF investiga grevistas por tentativa de ‘mudar regime’

Crimes da Lei de Segurança Nacional têm punição de até 15 anos de prisão

BRASÍLIA - O Ministério Público Federal (MPF) instaurou procedimentos para investigar se empresários e outros agentes relacionados à greve dos caminhoneiros cometeram dois crimes previstos na Lei de Segurança Nacional: o de tentar mudar o regime político vigente e o Estado Democrático de Direito

com emprego de violência e grave ameaça; e o de incitar a subversão da ordem política e a animosidade nas Forças Armadas. Esse tipo de crime pode ser punido com até 15 anos de prisão. Ao todo, o MPF investigará ao menos sete comportamentos distintos que podem configurar esse tipo de crime, envolvendo algumas das principais lideranças do movimento. A disposição de parte deles de estimular o pedido de intervenção militar no país contribuiu para a abertura da investigação.

A Câmara Criminal, que atua no âmbito da Procuradoria Geral da República (PGR), enviou especificamente às unidades do MPF em quatro estados — São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás — a determinação para a abertura dos procedimentos, listando casos em que empresários e lideranças do movimento grevista insuflaram ideias como a de um golpe militar. São casos em que essas pessoas incentivaram grevistas a “colocarem fogo em caminhões”, defenderam a intervenção militar e colocaram empresas à disposição dos manifestantes, entre outras ações. Entre as lideranças a serem investigadas está Wallace Landim, o “Chorão”, que diz representar motoristas autônomos do Centro-Oeste. Ele se destacou no movimento como autor de vídeos nas redes sociais que pregam a derrubada do governo do presidente Michel Temer, ao lado do advogado André Janones, também citado pelo MPF. O caso dos dois deve ser investigado pelo MPF em Goiás. Eles sustentam que o movimento é legítimo e negam pretensões eleitorais, apesar de serem filiados, respectivamente, ao Podemos-SP e ao PSC-MG.

ANÁLISE EM 30 DIAS

O MPF de Santa Catarina investigará outro caso, envolvendo dois empresários. Um é suspeito de “apoiar os grevistas e autorizar que coloquem fogo nos caminhões das empresas se for preciso”, como consta da determinação para a abertura da investigação. O outro “autorizou o uso do estacionamento de uma das suas lojas como ponto de apoio”. Ele também escreveu mensagens em redes sociais defendendo intervenção militar. A determinação encaminhada ao MPF do Rio Grande do Sul pede investigação sobre o apoio de uma rede de lojas a caminhoneiros grevistas. Em São Paulo, os alvos de apuração devem ser um sargento da reserva, descrito como “defensor contumaz da intervenção militar”, e um suplente de vereador à frente de uma empresa de transportes e de uma associação. Eles teriam patrocinado um bloqueio no acesso a uma distribuidora da Petrobras.

No Espírito Santo, o MPF também solicitou que a Polícia Federal abra um inquérito relacionado à Lei de Segurança Nacional. A determinação da Câmara Criminal é instaurar um procedimento chamado notícia de fato. É o início de uma apuração, que pode levar à abertura de um inquérito ou a um arquivamento, num prazo de 30 dias. Os despachos são assinados pela

subprocuradora-geral da República Luiza Frischeisen, coordenadora da Câmara Criminal. Além desses casos, a PF abriu 48 inquéritos para investigar os mais diversos crimes cometidos durante a greve, em 25 unidades da federação e no Distrito Federal — não há inquérito apenas no Amapá. O levantamento dos inquéritos, obtido pelo GLOBO, revela que Santa Catarina concentra o maior número de procedimentos: sete. Depois aparecem São Paulo, com seis inquéritos, Mato Grosso do Sul e Paraná, com cinco cada.

CÁRMEN DEFENDE DEMOCRACIA

Entre os outros casos em apuração no país há denúncias das mais diversas, de ameaças a motoristas à incitação à greve, passando pelas suspeitas de locaute — quando empresários aderem e incentivam uma greve de trabalhadores em busca dos próprios interesses. Há histórias simples, como a de um gerente de um posto de gasolina que deu comida a grevistas, em Goiás. Neste caso, a Justiça já negou pedido de busca e apreensão na casa do gerente e dos donos do posto, como queria a PF. No Rio Grande do Sul, está um dos casos mais avançados e documentados, inclusive com vídeo, de suposta prática de locaute.

Ontem, em Brasília, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, afirmou, sem mencionar diretamente os pedidos de manifestantes por intervenção militar, que “a democracia não está em questão” e que não existe alternativa a ela no Brasil. — Regimes sem direito são (parte do) passado de que não se pode esquecer, nem de que se queira lembrar — disse a ministra, na abertura da sessão da Corte. — A construção permanente do Brasil é nossa, e ela é permanente, democrática e comprometida com a ética. Não há escolha de caminho. A democracia é o único caminho legítimo. (Colaboraram Carolina Brígido e André de Souza)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Antônio Werneck E Elenilce Bottari

Título: Milicianos estariam agindo nas estradas do Rio

PRF encontra indícios de ação de grupos paramilitares em protestos

O envolvimento de milicianos no movimento de greve de caminhoneiros no Estado do Rio está sendo investigado pelas policiais Civil, Militar e Rodoviária Federal. A PRF confirmou a prisão de dois homens, com uma pistola PT 380, perto da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc). Paulo Roberto Brandão e José dos Santos foram flagrados quarta-feira passada por policiais rodoviários federais ameaçando caminhoneiros com a arma. Um motorista, Paulo Sérgio de Carvalho, reconheceu a dupla. Ele revelou aos policiais que estava sendo

ameaçado pelos dois, que tentavam impedir caminhões de saírem da Reduc. Paulo Roberto e José dos Santos estavam com 20 balas de pistola. Como revelou ontem o colunista do GLOBO Ancelmo Gois, milicianos estariam agindo nas estradas federais que cortam os municípios de Seropédica, Petrópolis e Barra Mansa.

Segundo o porta-voz da PRF no Rio, José Hélio Macedo, há indícios de participação de milicianos em bloqueios nas estradas federais que cortam o Estado do Rio: — Sabemos que há uma ação forte da milícia nos municípios de Seropédica e Itaguaí, onde eles usam caminhões e máquinas para a extração ilegal de areia. Nossas informações indicam que houve uma suposta infiltração de milicianos, alguns portando armas, em manifestações de caminhoneiros. Com base nessas denúncias prendemos dois homens na Reduc. Cabe à Polícia Civil investigar se seriam milicianos. Segundo o porta-voz, grupos paramilitares já atuam em vários pontos do estado: — Infelizmente é uma realidade do Rio. Um câncer que tem se espalhado por vários municípios, com reflexo direto nas estradas federais.

SUSPEITAS DE LOCAUTE

Agentes de Inteligência das polícias Civil e Militar do Rio também investigam o suposto envolvimento de milicianos. Segundo fontes da Secretaria de Segurança, a polícia agora trabalha para identificar os envolvidos nas ameaças e também na rede de boatos que está se espalhando através dos grupos de WhatsApp que têm como objetivo impedir o retorno dos caminhoneiros ao trabalho e a normalização dos serviços. Na última terça-feira, um homem — identificado nos grupos de WhatsApp como sendo miliciano — chegou a ser detido por policiais na manifestação de Seropédica. Como não estava em qualquer situação flagrante, acabou liberado. José Hélio também confirmou que vários caminhões foram identificados e multados pela PRF fazendo bloqueios nas estradas no estado: — No Estado do Rio, o número passa de cem.

Agora caberá à Advocacia-Geral da União (AGU) aplicar as multas. No Rio, o setor de Inteligência da Superintendência da Polícia Federal instaurou um inquérito para investigar a prática de locaute por empresários do setor rodoviário. Todos deverão ser chamados para depor. A prática é tipificada no artigo 17 da Lei de Greve (7783/89): “Fica vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados (locaute)”. Até ontem, com base em um dossiê preparado pela PRF, AGU já havia identificado e multado 96 caminhões de empresas que participaram de bloqueios nas estradas do país, sendo que um terço dos casos (33) aconteceu no Rio.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Rennan Setti E Nelson Lima Neto****Título: Empresas do Rio pedem para adiar impostos**

Objetivo é garantir pagamento de salários em junho. Alerj dá aval ao estado para prorrogar prazo do ICMS por 15 dias

Entidades empresariais do Rio, como Firjan, Fecomércio-RJ, Associação Comercial do Rio, associação de atacadistas, de supermercados e o Sindicato de Bares e Restaurantes — pediram o adiamento do recolhimento dos impostos estaduais, municipais e federais por um mês em razão das consequências da greve dos caminhoneiros. Elas querem ainda a prorrogação da validade de notas fiscais para evitar o pagamento de multas. As medidas seriam necessárias para garantir o pagamento dos salários em junho. As entidades afirmam que “é grande a preocupação das empresas do Rio com a possibilidade de não pagamento dos salários em junho e de colapso da produção em virtude da interrupção do fluxo de mercadorias”. As empresas afirmam que houve drástica redução dos negócios em todos os setores no período. — As pequenas e médias empresas que não quebraram com a recessão e agora começam a se motivar com a leve retomada econômica foram atingidas em cheio por essa greve. Esse tipo de empresa não tem capital de giro e encontra dificuldade de obter crédito.

Queremos postergar a cobrança do imposto para que elas tenham tempo de voltar a faturar — disse Sérgio Duarte, vice-presidente da Firjan. Segundo Duarte, as associações também vão negociar com concessionárias de serviços como água, luz e gás o parcelamento do pagamento das faturas que vencerão em junho. Light, Cedae, Enel e CEG disseram que ainda não foram procuradas pelos empresários. A prefeitura do Rio também disse que não foi comunicada das demandas. A Firjan calcula que a greve causará perda de R\$ 77 milhões no Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de transformação. Segundo o SindRio, o prejuízo do setor de bares e restaurantes, nos oito primeiros dias de greve, é de R\$ 20 milhões, com queda de aproximadamente 40% no movimento. No estado, o prejuízo chega a R\$ 34 milhões. A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) autorizou ontem o governo estadual a prorrogar por até 15 dias o recolhimento de ICMS por causa da greve dos caminhoneiros.

A emenda, do deputado estadual Luiz Martins (PDT), foi incluída no projeto que reduziu a alíquota do imposto que incide sobre o diesel. Ela atende parcialmente à demanda dos empresários do Rio. Como a emenda é de caráter “autorizativo”, caberá ao governo decidir se concederá ou não o benefício. Martins disse ter organizado um encontro entre o governador Luiz Fernando Pezão e as associações empresariais na segunda-feira, às 10h, para discutir o

assunto. Nos bastidores, a indicação passada foi da necessidade de uma prorrogação mínima no recolhimento de ICMS, de ao menos quatro dias. A autorização vale para todos os setores, com exceção de energia, petróleo e telecomunicações. De acordo com o deputado, esses setores não precisariam do benefício por serem majoritariamente compostos por grandes empresas.

— O prazo de quinze dias é viável. Eles conseguiriam colocar a roda para girar e poderiam ter dinheiro para pagar o salário dos funcionários e o imposto. Se fossem 30 dias, poderia levar à quebra do Estado — disse o deputado. — É uma causa justa. Não estamos suspendendo o pagamento de imposto de ninguém, mas, sim, dando uma oportunidade para que os empresários retomem a atividade e, principalmente, paguem os salários. Martins confia no apoio do governo à emenda. Em nota, porém, a secretaria de Fazenda sinalizou discordar de qualquer “alteração adicional no fluxo de receita” com ICMS, que prejudicaria “a evolução do Regime de Recuperação Fiscal e comprometerá a regularidade de pagamento observada nos primeiros meses de 2018.”

FIRJAN PEDE VETO À REONERAÇÃO

A Firjan informou ontem que enviou carta ao presidente Michel Temer pedindo o veto à reoneração da folha de pagamento, aprovada ontem no Senado. Segundo a federação, o impacto da medida é estimado em quase R\$ 9 bilhões ao ano, equivalente à remuneração de 400 mil funcionários. “No fim das contas, o Brasil sairá com uma carga tributária ainda maior”, disse a entidade. O pedido das associações empresariais coloca o Estado e o município em situações complexas. Ambos estão com contas públicas no limite. No caso do Estado, o Regime de Recuperação Fiscal não prevê a redução de qualquer receita estimada. Quanto ao município, a queda de arrecadação pode resultar na quebra da responsabilidade fiscal da atual gestão. A Prefeitura divulgou que está próxima do limite de gasto com pessoal previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Caso desrespeite o limite, a administração terá que cortar cargos comissionados e avaliar a necessidade de demissão de funcionários em estágio probatório.

NAS MÃOS DE PEZÃO - DIESEL: REDUÇÃO DO ICMS APROVADA

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, ontem, o projeto de lei que prevê a redução, de 16% para 12%, do ICMS aplicado sobre o diesel. O texto segue para avaliação do governador Luiz Fernando Pezão, que terá até 15 dias úteis para sancionar ou vetar o projeto. Em sessão confusa, os deputados demoraram horas na busca de um acordo. Por volta das 15h30, o presidente em exercício, deputado André Ceciliano (PT), chegou a retirar o projeto da pauta de votação.

Às 16h30, Ceciliano informou que, após conversa com deputados que questionavam o texto, ficou acertado retorno do projeto à pauta. Logo em seguida, um texto substitutivo, que incluiu emendas de parte dos deputados, foi aprovado pelo plenário. Na quinta-feira, durante reunião com representantes dos caminhoneiros, Pezão aceitou, entre outros pontos, o pedido da categoria para que fosse reduzido o ICMS aplicado sobre o diesel. (Nelson Lima Neto)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Letícia Fernandes E Manoel Ventura

Título: Governo anuncia que diesel mais barato começa a valer amanhã

Valor de referência para desconto de R\$ 0,46 é o do último dia 21

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, informou ontem que, a partir de amanhã, o litro do diesel deverá estar R\$ 0,46 mais barato na refinaria. O valor para a comparação deverá ser o praticado no último dia 21, quando começou a greve dos caminhoneiros. — Na sexta-feira, 1º de junho, o preço nas refinarias será R\$ 0,46 inferior ao preço que era cobrado dia 21 de maio. E esse preço será obrigatoriamente repassado ao caminhoneiro, ao consumidor. Esse desconto será obrigatoriamente repassado — disse Marun.

O ministro fez o anúncio após reunião do grupo de ministros que monitora a greve e o reabastecimento de produtos pelo país. Segundo o chefe da Secretaria de Governo, o Ministério da Justiça publicará as regras para que os postos reduzam o preço do diesel. — O Ministério da Justiça está ultimando a portaria que vai regulamentar tudo isso e está incluindo aí a necessidade de que postos de abastecimento de combustíveis fixem uma placa onde consta o valor praticado em 21 de maio, com desconto, e o preço atual, que poderá ser até maior que os R\$ 0,46 centavos, porque existem estados onde acontece redução do ICMS — acrescentou.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez, Manoel Ventura, Karla Gamba, Luis Lima

Título: TST eleva multa para paralisação de petroleiros

Movimento é de 72 horas. Com declaração de Temer sobre possível revisão da política de preços da Petrobras, ações caem 1,65%

RIO, SÃO PAULO E BRASÍLIA - Petroleiros em refinarias e em pelo menos 20 plataformas da Petrobras começaram na madrugada de ontem uma greve de 72

horas. Eles mantiveram o movimento apesar de a ministra Maria de Assis Calsing, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ter aumentado de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões a multa diária aplicada aos sindicatos por manter a greve depois que a Corte a considerou ilegal. A Advocacia-Geral da União (AGU) havia pedido que a penalidade subisse para R\$ 5 milhões. Ao todo, 18 entidades sindicais estão sujeitas à penalidade. Na terça-feira, o TST considerou a greve ilegal por ter “cunho político”, mas mesmo assim a Federação Única dos Petroleiros (FUP), que reúne 14 sindicatos, anunciou ontem o início da paralisação de advertência. Os sindicalistas prometem continuar a paralisação hoje.

O diretor de Comunicação da FUP, Gerson Castellano, afirmou que a entidade não tinha sido notificada até a noite de ontem da decisão do TST. Sobre a possibilidade de arcar com multa diária de R\$ 2 milhões, ele classificou a punição de “pesada”, já que, segundo ele, os petroleiros não interromperam nem a produção, nem o fornecimento de combustíveis para distribuição. A categoria faz nova assembleia hoje ao meio-dia. A multa incide tanto para o caso de continuidade da greve quanto para a hipótese de ação que impeça o livre trânsito de pessoas. A ministra também determinou que o processo seja remetido à Polícia Federal, para apurar crime de desobediência.

Segundo a FUP, as operações continuam normais porque nas 25 unidades em que houve adesão — dez são refinarias — foi suspensa apenas a troca dos turnos. Assim, a equipe que não foi substituída mantém as operações por questões de segurança, uma vez que equipamentos de uma plataforma ou refinaria não podem ser desligados em pouco tempo. Os petroleiros mantiveram o protesto contra a política de preços dos combustíveis adotadas pelo atual presidente da Petrobras, Pedro Parente, e a redução da produção nas refinarias. A FUP pede a saída do executivo.

GOVERNO DIZ QUE PRESERVARÁ POLÍTICA

Em nota, a Petrobras informou apenas que “em algumas unidades operacionais não houve troca dos trabalhadores de turno. Equipes de contingência estão atuando onde necessário e não há impacto na produção”. Ontem as ações da estatal tiveram nova queda e acumulam uma queda de 17% só no mês de maio. O mercado reagiu mal ontem a uma entrevista do presidente Michel Temer à EBC em que ele dizia que o governo poderia revisar “com muito cuidado” a política de preços da Petrobras, questionada pelos caminhoneiros. O Planalto divulgou nota ontem afirmando que o governo continuará “a preservar” a política de preços da Petrobras: “O governo do presidente Michel Temer tem compromisso com a saúde financeira da Petrobras, empresa que foi recuperada de grave crise nos últimos dois anos pela gestão Pedro Parente”, diz o comunicado.

“As medidas anunciadas pelo governo para garantir a previsibilidade do preço do óleo diesel, que teve seu valor reduzido ao consumidor, preservaram, como continuaremos a preservar, a política de preços da Petrobras.” Mesmo assim, as ações ordinárias da Petrobras, com direito a voto, terminaram o dia em baixa de 0,22% na Bolsa. As preferenciais, sem direito a voto, recuaram 1,65%. O resultado ajudou a frear a alta do Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, que abriu o pregão em queda, mas terminou o dia com valorização de 0,89%. Já o dólar, que caía mais de 0,50% na abertura do pregão, encerrou o dia perto da estabilidade, em leve baixa de 0,08%, a R\$ 3,737. Para o analista da Ativa Investimentos Lucas Claro, a instabilidade em torno dos papéis da Petrobras e a cautela no dólar estão diretamente relacionadas à inconsistência do discurso do governo sobre a política de preços da Petrobras:

— É uma confusão de mensagens, ora do presidente do Senado, ora do da Câmara, e também do presidente Temer. Essa confusão se reflete diretamente em volatilidade no mercado. Em relatório, o analista Roberto Indech, analista-chefe da Rico Investimentos, reforçou que o mercado não vê com bons olhos a possibilidade de interferência do governo na política de preços da estatal: “A desconfiança foi amplificada após a entrevista do presidente Michel Temer à EBC, em que admitiu que o governo pode mexer na política de preços.” Ontem a Petrobras anunciou um novo reajuste no preço da gasolina nas refinarias. A partir de hoje, o combustível tipo A vai subir de R\$ 1,9526 para R\$ 1,9671 (valor sem tributos). O reajuste equivale a 0,74%. O preço do diesel será mantido em R\$ 2,1016, como determina o acordo firmado entre o governo federal e os caminhoneiros, por 60 dias.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Movimento de carga recomeça no Porto de Santos

Forças Armadas escoltam caminhões. Prejuízo já chega a R\$ 370 milhões

SÃO PAULO - Depois de dez dias com os acessos rodoviários inteiramente bloqueados por caminhoneiros em greve, o Porto de Santos, o maior da América Latina, começou ontem a retomar a movimentação de cargas por caminhões, graças à ação das Forças Armadas em conjunto com a Polícia Militar (PM). À tarde, cerca de 250 caminhões que estavam parados dentro do porto desde o dia 21, quando começou a greve, deixaram os terminais escoltados pela tropa de choque da PM. Paralelamente, caminhões carregados que estavam parados na Via Anchieta, que leva ao porto, conseguiram chegar aos terminais com a ajuda da polícia. O governador paulista, Márcio França, que tem sua base eleitoral na Baixada Santista, deslocou-se ontem à tarde até Santos para

negociar com os líderes do Sindicato dos Transportadores Autônomos da Baixada (Sindicam).

França ouviu os pleitos da categoria e reforçou que o primeiro dos três pontos acordados com os caminhoneiros — a isenção da cobrança do eixo suspenso nas estradas paulistas — terá início hoje. Apesar disso, os caminhoneiros decidiram manter os bloqueios. O Comando da Brigada de Artilharia do Exército, que coordena o comitê de crise do porto, reuniu-se no início da tarde de ontem com a direção da Polícia Militar (PM), a Capitania dos Portos e representantes dos operadores e armadores para discutir ações para terminar com os bloqueios ao porto. Depois do encontro, começaram as escoltas para restabelecer a entrada e saída de caminhões no porto. Cerca de 300 fuzileiros navais desembarcaram nos últimos dois dias no porto. E, no início da noite de ontem, havia uma mobilização dos fuzileiros e de tropas do Exército nas imediações do porto. A expectativa, segundo uma fonte, era a de uma ação para a remoção definitiva dos bloqueios dos caminhoneiros.

— Tudo indica que o movimento vai começar a esvaziar — disse a fonte. Segundo a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), 68% da carga no porto são movimentados por caminhões. O Sindamar, que representa as companhias marítimas que operam os navios, estima prejuízos de mais de R\$ 370 milhões apenas na primeira semana da greve. José Alex Oliva, presidente da Codesp, disse ontem que, tão logo termine a paralisação dos caminhoneiros, serão implantados no porto “corredores estratégicos” para que a entrega e a retirada de cargas nos terminais sejam restabelecidas rapidamente. — Estamos preparados para retomar a normalidade — disse Oliva.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Desabastecimento de botijões de gás já é considerado grave

os postos e supermercados, só agora a oferta de produtos começa a se normalizar

-BRASÍLIA E RIO - Após a greve dos caminhoneiros completar dez dias, o desabastecimento de gás de cozinha no país já é considerado grave pelo governo, que busca alternativas para que o produto chegue às famílias. Uma das ideias é que o combustível seja considerado essencial e tenha o mesmo tratamento dos remédios, para que os caminhões carregados com botijões sejam liberados por grevistas nas rodovias. Segundo dados do Sindicato Nacional dos Distribuidores de Gás (Sindigás), o gás de botijão acabou em 90% dos revendedores do Brasil. No Rio, comerciantes voltaram a receber botijões ontem.

No entanto, o fornecimento ainda é irregular. Já nos supermercados da cidade, o abastecimento também começou a se normalizar. Verduras voltaram a ser vendidas com preços normais ontem, após a alta da semana passada motivada pela escassez. Por outro lado, ovos, batatas, cenouras, bananas e pimentões ainda estão em falta nos estabelecimentos. O reabastecimento de combustível nos postos também começou a se normalizar, apesar das filas. (Colaborou Marcela Sorosini)

VEÍCULO: O Globo

Seção:

Autor: Daiane Costa, Gabriel Martins, Cassia Almeida

Título: Greve trava recuperação econômica em 2018

PIB avança 0,4% no 1º trimestre. Com paralisação, previsão de crescimento para o ano não passa de 2%

A greve dos caminhoneiros abortou a recuperação da economia brasileira, que já era frágil e ficou ainda mais lenta. Ontem, o IBGE divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,4% no primeiro trimestre frente ao fim do ano passado, e apenas 1,2% em relação ao mesmo período de 2017. Com a confirmação de uma retomada mais lenta em meio à paralisação, economistas revisaram para baixo projeções para o resultado fechado do ano. Segundo o Banco Santander, a greve tirou 0,7 ponto percentual das expectativas para o PIB de 2018. Hoje, elas não passam dos 2%. Os analistas explicam que, além de a atividade ter começado o ano patinando, os efeitos negativos da paralisação vão se espalhar por diversos setores no segundo trimestre, do campo à indústria, passando pelos serviços, exportações e importações, devido à interrupção da produção e do transporte de cargas.

A greve também abalou a confiança, o que deve frear uma recuperação mais forte dos investimentos e do consumo das famílias. — Não fosse a greve, e as pioras dos cenários eleitoral e externo, podíamos crescer mais, em torno de 3,5% a 4%. Mas tivemos um PIB mais fraco e um dólar mais valorizado, que levou o Banco Central a parar de cortar juros e que deve pressionar a inflação para mais perto dos 4%, quando antes estimava-se que não passaria dos 3% — afirma a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do IBRE/FGV, que ontem revisou a projeção do PIB de 2,3% para 1,9%.

CRESCIMENTO PRÉ-CRISE EM 2022

Hoje, a economia brasileira opera num patamar 5,7% inferior ao seu maior nível, registrado no primeiro trimestre de 2014. Pelas contas da Tendências Consultoria Integrada, diante do atual cenário, só voltaremos ao nível de

crescimento pré-crise em 2022. — Quando saímos da crise econômica, sabíamos que a retomada do crescimento seria um processo lento. Antes da crise de 2014, tínhamos um processo de recuperação em “V”, ou seja, entrávamos e saíamos rápido das turbulências.

Entretanto, o cenário não é mais o mesmo — analisou Alessandra Ribeiro, economista da Tendências. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias expandiu pelo quinto trimestre positivo (0,5%), em relação aos três meses imediatamente anteriores, e pelo quarto seguido (2,8%), em relação ao mesmo período do ano passado. Como esses resultados vieram melhor do que o esperado, devem compensar alguma desaceleração que ocorra a partir do segundo trimestre, devido ao dólar mais alto e queda na confiança. Dentre os setores com maior peso no resultado geral do PIB, foi uma das poucas projeções que não foram revisadas para baixo.

— A forma como essa greve foi conduzida causou desconfiança em relação à estabilidade econômica e desalento em relação às condições para investimentos dos empresários, inclusive para contratar mão de obra — disse Silvia, da FGV. — Além disso, terá um custo fiscal relevante devido à reoneração da folha de pagamento (medida que vai compensar subsídios ao diesel, uma das exigências dos caminhoneiros). Agora, precisaremos reduzir nosso déficit primário com mais fragilidade. Os investimentos cresceram pelo quarto trimestre seguido (0,6%) ante o trimestre anterior, mas o desempenho veio muito aquém dos dois últimos, quando cresceu na casa dos 2%, nessa mesma comparação.

A projeção do Ibre/FGV para o ano caiu de uma expansão de 4,3% para 4% ontem. — O primeiro trimestre fraco parecia ser um fato isolado, que não necessariamente se repetiria até a chegada da greve dos caminhoneiros — disse Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. A indústria de transformação, que nas contas do Ibre- FGV teve entre quatro e cinco dias de paralisação de produção durante a greve, também teve a projeção para o ano revisada para baixo: de 4,5% para 3,4%. No primeiro trimestre, ela encolheu 0,4% na comparação com os últimos três meses de 2017, depois de quatro trimestres de alta.

IBGE: “EFEITO EM CADEIA”

O Itaú manteve a projeção em 2%, mas ainda não contabilizou os efeitos da greve. O economista Artur Passos diz que ainda é preciso esperar os resultados oficiais dos meses de maio e junho, de indicadores de setores como indústria, comércio e serviços: — Essa previsão não considera um impacto duradouro na confiança e se as perdas na produção serão devolvidas. Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE reconheceu ontem, durante a divulgação dos dados, que a greve terá efeitos negativos espalhados pela

economia: — Ainda não temos como mensurar quais serão os efeitos, mas é fato que a greve trará reflexos. Numa análise superficial, comércio e alguns setores que tiveram dias de paralisação, como transportes, serão afetados.

Além disso, existe um efeito em cadeia que pode comprometer setores da economia que não foram diretamente atingidos pela greve, como o comércio. Rodolfo Margato, economista do Santander, reduziu a projeção para o PIB em 1,2 ponto percentual para 2%. Desta redução, 0,7 ponto são reflexo da greve. Preocupa também um mercado de trabalho que não reage em grande parte do país, minando a recuperação da renda. — Não fosse esse ritmo mais moderado de crescimento da economia, o mercado de trabalho reagiria mais rápido. Há discrepâncias regionais, com taxas de desemprego abaixo de 9% e outras acima de 14%. Isso faz com que o consumo não cresça com toda a sua potencialidade — observou o economista.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Sergio Vale

Título: 'Paralisação terá efeito devastador na economia'

Economista-chefe da MB Associados avalia que a população pode ter a percepção de que a recessão está voltando

CÁSSIA ALMEIDA

Qual efeito da paralisação para o PIB?

A paralisação terá efeito devastador na economia. Estamos falando de uma greve que provocou perdas de forma generalizada em todos os segmentos por mais de uma semana. Um quarto do mês está comprometido, numa economia que já estava enfraquecendo. Estávamos com números complicados, e vem mais essa crise, que tira a confiança de um consumidor ressabiado, mas que voltava a comprar e investir. Agora, ele só está vendo notícia ruim. Revisamos nossa expectativa de crescimento de 2,5% para 1,9%, mas tenho a impressão de que, infelizmente, vamos revisar o número para baixo.

Por quanto tempo veremos efeito da greve?

O resto do ano. Em que pese que poderemos ter uma queda no segundo trimestre, não é a recessão voltando, mas a percepção da população pode ser essa. Estamos vivendo um período muito longo de crise, então as pessoas começam a achar que é melhor esperar para consumir. Com a incerteza, o consumidor pisa no freio e volta a ter medo de perder o emprego e não ter

aumento salarial. A consequência é um desânimo de consumo e investimento, afetando a expectativa de crescimento. E ainda temos eleições complicadas.

Não há compensação dos dias de greve, com a produção e o abastecimento retomarem?

Não compensa, está totalmente perdido. O que vai compensar é o preço que subiu muito e vai voltar a patamares anteriores. Mas o que se perdeu, não volta. Não vai ter explosão de consumo. Quando sair desse buraco, voltaremos com padrão de consumo menor pela falta de confiança.

Mas houve alguma melhora nos números do PIB no primeiro trimestre. Isso ajuda?

As coisas estavam andando, mas em maio veio a tormenta no país do novo. Vivemos quatro anos complicados. É difícil retomar crescimento nesse cenário. De 2013 a 2018, o crescimento médio ficou em -0,1%. Estamos estagnados há cinco anos. Isso explica a insatisfação da população.

ARMANDO CASTELAR

‘Por trás do movimento, há uma economia bem abaixo de pleno emprego’

Para economista da FGV, cenário externo pior e arrancada do dólar e do petróleo podem levar a um aumento da taxa de juros

Como analisa o resultado do PIB?

O dado em si (alta de 0,4%) veio até um pouco melhor que a expectativa de mercado (em torno de 0,3%). Teve resultado bom de investimento, e o consumo de famílias está se recuperando. Mas a sensação que dá é de que estamos olhando uma coisa que mudou. Começou com a mudança do ambiente externo, que não está tão bom como em 2017. Juros lá fora podem subir mais do que se pensava. Houve escalada do dólar nesse mês e meio. E o petróleo subiu, com o fim do acordo com o Irã e a crise da Venezuela. Aconteceu uma coisa perversa: é a primeira vez que dólar e petróleo sobem juntos. Em 2017, o apetite pelos emergentes aumentou. Isso mudou.

Vamos crescer menos ainda com a greve?

O impacto sobre a confiança é significativo. Por trás do movimento, além do preço do diesel, há uma economia bem abaixo do patamar do pleno emprego. São quase 32 milhões que estão ou desocupados, ou desalentados ou subocupados. Tem muito caminhoneiro sem ter o que transportar. Mesmo atrapalhando a vida de todo mundo, a greve está tendo um apoio surpreendente

da população. O Brasil precisa crescer para reduzir o desemprego, ocupar os caminhoneiros, as plantas industriais e os trabalhadores.

Compromete o crescimento de 2019?

Com certeza. O ambiente externo vai forçar o Banco Central a subir juros ainda este ano. Os emergentes estão sendo forçados a isso. Estamos há muito tempo com desemprego alto. Há grande chance de outras manifestações.

Como as de 2013?

Acho possível. Acredito que esse foi o motivo para o governo ter evitado usar a força na greve. Há um caldo de cultura muito pior que em 2013 e insatisfação potencialmente maior diante do tempo muito grande sem emprego.

O acordo foi bom?

Vai gastar demais para atingir uma categoria e não vai resolver. Com o excesso de oferta e pouca demanda, a queda no preço do diesel vai ser repassada para o frete. (Cássia Almeida)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Daiane Costa, Cássia Almeida E Gabriel Martins

Título: Perdas no campo reduzem projeção do PIB agropecuário

Depois de salvar a economia de um resultado mais fraco em 2017, setor foi o mais afetado por greve

RIO E BRASÍLIA - O setor agropecuário, que salvou o PIB de um resultado mais fraco no ano passado e foi o que mais cresceu (1,4%) no primeiro trimestre deste ano, em relação aos últimos três meses de 2017, é o que mais terá seu Produto Interno Bruto (PIB) afetado pela greve dos caminhoneiros. A perda irreparável de aves, suínos, ovos, leite e outros alimentos in natura que tiveram de ser descartados pela falta de transporte levaram as projeções para o resultado fechado do ano do setor a serem revisadas para baixo, caindo de estabilidade para o campo negativo. — É o setor mais diretamente afetado devido à própria natureza da atividade, que trabalha com alimentos que não podem ser estocados e com um ciclo longo de produção — explica Rodolfo Margato, economista do Santander.

O banco revisou sua projeção para o PIB desse setor de uma queda de 0,5% para -3%. Já era esperado que a agropecuária não teria desempenho semelhante ao do ano passado porque 2017 foi um ano atípico, de super safra

de grãos, que levou a atividade a expandir 13%. Mas como 2018 seguia com safras ainda volumosas e rentáveis, a maior parte das projeções apontava para uma estabilidade do setor, num patamar alto. No primeiro trimestre do ano, o o setor foi responsável por um quarto dos 0,4% de expansão do PIB brasileiro. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima em R\$ 6,6 bilhões os prejuízos para os produtores rurais devido à paralisação dos caminhoneiros. Este valor é referente às perdas de faturamento bruto. — Este prejuízo é apenas na produção primária, sem considerar ainda processamento, indústrias e insumos, que estão tendo prejuízos severos. E fora o que está por vir, porque a recuperação não é imediata — afirmou o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi.

— Animais estão morrendo e alimentos perecíveis são desperdiçados. O setor também deve sofrer impacto da tabela mínima de frete, um dos itens do acordo fechado entre o governo e os caminhoneiros. A tabela será publicada hoje no Diário Oficial da União e prevê, por exemplo, custo de R\$ 2,24 por quilômetro para viagens longas (3 mil quilômetros) de carga geral. José Carlos Hausknecht, sócio-diretor da MB Agro, também acredita que o PIB da agropecuária tende a ficar negativo este ano, ainda que, oficialmente, tenha mantido projeção de estabilidade, em relação ao desempenho do campo em 2017. — A alta do dólar é favorável principalmente para as grandes culturas, as commodities agrícolas cotadas em moeda internacional, como soja e milho, que têm maior peso no resultado geral do setor — pondera Hausknecht. A respeito da expansão de 1,4% da agropecuária no primeiro trimestre, Claudia Dionísio, gerente de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, diz que é preciso levar em conta que essa comparação tem efeito da sazonalidade desse período, pois 60% da safra de soja, carro chefe da lavoura, são colhidas no primeiro trimestre.

TAXA DE INVESTIMENTO VOLTA A CRESCER

O setor externo tem contribuído negativamente para o resultado geral do PIB, tanto na comparação com o trimestre imediatamente anterior, quanto em relação ao mesmo período do ano passado, pois o desempenho das importações tem superado o das exportações. Na margem, a contribuição negativa para o PIB já dura três trimestres, segundo o IBGE. Esse cenário tende a mudar a partir do período de abril a junho, devido à valorização do dólar frente ao real. — A depreciação cambial, junto com o crescimento menor da economia, estimula as exportações e desestimula as importações, levando a balança comercial a ter novo saldo elevado, acima de US\$ 60 bilhões — avalia Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. O crescimento das importações teve impacto positivo nos investimentos no primeiro trimestre.

A alta de 3,5% da Formação Bruta de Capital Fixo, em relação ao primeiro trimestre do ano passado, foi a segunda seguida, mas menor do que os 3,8%

registrados no último trimestre de 2017, nessa mesma comparação. Em 2018, a expansão ocorreu por causa do crescimento da importação e produção interna de bens de capital, compensando o desempenho ruim da construção, que já cai há 16 trimestres seguidos. No primeiro trimestre de 2018, em relação ao mesmo período de 2017, o recuo desse setor foi de 2,2%. A taxa de investimento voltou a crescer. Ficou em 16%, frente aos 15,5% registrados no mesmo trimestre do ano passado. A taxa de poupança registrou a segunda alta seguida. Ficou em 16,3%. No primeiro trimestre do ano passado havia sido de 15,8%. (Colaborou Bárbara Nascimento)

Opinião | CAUTELA

O CRESCIMENTO de 0,4% do PIB do primeiro trimestre, em relação aos últimos três meses do ano passado, veio maior que o esperado, mas não representa qualquer inflexão na baixa velocidade da recuperação. Tanto que, em 12 meses, o PIB cresceu apenas 1,3%.

O POSITIVO é que a recessão foi mesmo deixada para trás. Não há, entretanto, como escapar dos efeitos negativos, a curto prazo, da greve de caminhoneiros e principalmente da compreensível cautela de agentes econômicos diante do incerto quadro político-eleitoral.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Agora, os petroleiros

Categoria deflagra paralisação irresponsável, com pauta política que aproveita o desgaste do governo Temer e o tumulto provocado pelos caminhoneiros

Enquanto o país ainda lida com os estragos provocados pela paralisação dos caminhoneiros, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) tenta pegar carona na desordem e no autoritarismo do movimento.

A ameaça implícita é a mesma: provocar desabastecimento, em particular de combustíveis. Objetivos e métodos são semelhantes: uma ofensiva prepotente, se não criminosa, para impor políticas públicas por meio de chantagem. O que oferecem como argumentos são simplificações grosseiras ou mera demagogia oportunista.

Por meio da greve, o sindicalismo petroleiro quer a redução dos preços de gás de cozinha e outros derivados. Exige ainda nada menos que a demissão imediata do

presidente da Petrobras, Pedro Parente, a quem acusa de administrar a empresa para “atender exclusivamente aos interesses do mercado”.

Desnecessário mencionar, a esta altura, que as medidas do governo e a gestão das estatais devem estar sujeitas ao escrutínio público.

As objeções dos petroleiros fazem parte do debate democrático, por mais incongruentes que sejam —por exemplo, quando criticam a empresa por defender o interesse de seus acionistas, entre os quais se sobrepõe a União ou, vale dizer, todos os brasileiros.

Muito diferente, no entanto, é usar uma pauta dessa natureza como pretexto para um arremedo de greve, que apenas se aproveita do estado de fragilidade do país para intimidações —caso a paralisação de 72 horas não dê resultado, a categoria promete cruzar os braços por tempo indeterminado.

A ministra Maria de Assis Calsing, do Tribunal Superior do Trabalho, somente apontou o óbvio ao afirmar que inexistem reivindicações trabalhistas a amparar o movimento. “Trata-se, a toda evidência, de greve de caráter político.”

Os paredistas ameaçam manter a população brasileira refém de seus interesses, preferências e demandas, tal como fizeram —com teses ideológicas opostas — as facções de caminhoneiros e do setor de transporte de carga.

Filiada à CUT, a Federação Única dos Petroleiros é companheira de viagem do desastre político, econômico e moral dos anos finais da administração petista.

Nesse período, a Petrobras foi saqueada e endividada até quase a ruína por investimentos incompetentes, corrupção e tabelamento de preços, sem que se ouvissem protestos da FUP e da CUT.

Os sindicalistas, ao que parece, buscam se valer do momento de insatisfação popular e debilidade do governo Michel Temer (MDB) para um contra-ataque pela esquerda.

Em sua estratégia tacanha, mesquinha e adepta de políticas ruins que quase derrubaram a maior empresa do país, não temem colaborar de novo para o tumulto econômico e institucional.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Melhor prevenir

Painel

Avançaram as conversas dentro dos **ministérios de Minas e Energia** e Fazenda sobre a adoção de uma base de cálculo que “mitigue a volatilidade dos preços de combustíveis” — inclusive gasolina. As ideias estão sendo repassadas ao presidente da Petrobras, Pedro Parente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências/Debates

Autor: Kleber Cabral

Título: Greve de caminhoneiros e o modelo tributário esgotado

Não se podem mais sacrificar classe média e pobres

A greve dos caminhoneiros foi disparada no contexto de uma campanha das grandes distribuidoras de combustível que denuncia a alta carga tributária incidente sobre os combustíveis no Brasil: “O problema não é o posto. É o imposto”.

A participação de entidades empresariais e patronais foi mimetizada com a participação de caminhoneiros autônomos, dando ares de hipossuficiência às reivindicações. Quando se iniciaram as negociações com o governo, a situação ficou mais clara. Alguém já viu caminhoneiro fazer demanda tributária? A maior tributação sobre os combustíveis é o ICMS, mas, curiosamente, não se viu pressão sobre os governadores. Além dos tributos incidentes sobre o combustível, há interesse direto das empresas transportadoras no projeto de reoneração da folha, do qual querem ficar de fora, e manter benefícios fiscais que fazem falta na arrecadação da Previdência Social e propiciam redução no valor do frete (das empresas), provocando concorrência desleal com o caminhoneiro autônomo.

Há de se reconhecer que a reação empresarial se deu em razão de um esgotamento do modelo tributário adotado no Brasil. A carga tributária sobre combustíveis sempre foi alta, mas de fato houve aumento recente das alíquotas do PIS/Cofins sobre o produto. Vale lembrar que na ponta da cadeia estão os consumidores —contribuintes que de fato arcam com o ônus tributário repassado no preço. É uma realidade que não se dá apenas no setor de combustíveis.

A tributação sobre o consumo no Brasil é uma das mais altas do mundo e atinge mais as pessoas de menor renda, cujos poucos recursos são gastos no consumo de bens e serviços. Estudos do Ipea indicam que a carga tributária sobre pessoas com renda de até dois salários mínimos é de quase 50%, em razão da alta tributação sobre o consumo instituída pelos três entes federativos.

Do outro lado da balança, a tributação sobre a renda no Brasil é baixa quando comparada com a de países da OCDE. Os profissionais que podem se organizar como PJs e o grupo dos muito ricos têm sobre si uma tributação sobre a renda muito suave. Uma das razões gritantes para isso é a isenção total na distribuição de lucros e dividendos auferidos na pessoa jurídica.

Essa jabuticaba alivia, há mais de duas décadas, o peso da carga tributária dos setores mais abastados. A hipertrofia do Simples e do Presumido, e os malabarismos utilizados por empresas submetidas ao Lucro Real fazem com que parte dos lucros não seja tributada nem na pessoa jurídica nem na física. Como alguém tem que pagar a conta, tem sobrado cada vez mais ao assalariado (via não correção da tabela do IRPF) e aos consumidores em geral (via aumento de tributos indiretos) arcar com a parcela não cobrada dos mais ricos.

Uma das propostas para enfrentar esse sistema tributário extremamente regressivo é o retorno da tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos e sobre as remessas de lucros ao exterior. A medida não depende de reforma tributária e já teria efeitos positivos na recuperação das contas públicas no curto prazo.

Esperamos que a redução da carga tributária sobre o combustível se concretize e chegue efetivamente na ponta, no custo do transporte e no preço dos alimentos, promovendo, por meio da menor tributação sobre o consumo, o efeito virtuoso na economia.

Se for preciso cobrar mais impostos de alguém, que seja daqueles que possuem maior capacidade contributiva e que foram poupados nos últimos 20 anos. Não há espaço para mais sacrifícios da classe média assalariada e dos mais pobres, que suportam carga tributária da Dinamarca com retorno social incomparavelmente inferior.

Presidente da Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Caminhoneiros dispersam com ajuda do Exército e estradas já são liberadas

Militares fazem ações em 6 estados

Motoristas começam a sair dos principais pontos de bloqueio

Agronegócio já recebe ração e escoamento

Também parados, petroleiros recebem multa de R\$ 2 mi

No décimo dia de paralisação, o Exército e a Polícia Rodoviária Federal deram apoio a caminhoneiros que queriam voltar às estradas. Um motorista morreu atingido por uma pedra. Foco do movimento, a política de preços da Petrobras foi defendida por Pedro Parente aos funcionários em vídeo obtido pela Folha.

O reabastecimento começou a ser retomado pelo país. Em São Paulo, a véspera de feriado teve postos cheios e estradas vazias. Ainda ao tratar dos efeitos da paralisação, diretores do Datafolha afirmam que o apoio da população ao movimento personifica o descrédito atual com as instituições.

No décimo dia de manifestação e sob reclamações de cansaço, caminhoneiros deixaram nesta quarta-feira (30) pontos nevralgicos da paralisação em rodovias pelo país. Houve episódios de violência e um caminhoneiro morreu.

A saída das rodovias ocorreu após ação do Exército e da PRF (Polícia Rodoviária Federal). Segundo o governo, às 19h, haviam 197 pontos de concentração de caminhoneiros pelo país — na terça-feira (29), eram 613.

Não houve confronto entre militares e motoristas, mas atritos entre os motoristas.

Em Vilhena (RO), José Batistella, 70, foi atingido na cabeça por pedras que quebraram o para-brisa do caminhão — socorrido, ele não resistiu.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que o episódio é um “exemplo trágico da violência”.

“Isso é desnaturar um movimento que começou com reivindicações justas e em sua integralidade atendidas pelo governo”, disse.

No km 282 da Régis Bittencourt, em São Paulo, um caminhão tombou após, segundo o motorista, ter sido atingido por uma pedra.

“O Exército parou e liberou tudo. Um pouco à frente, um motoqueiro jogou pedras, eu fui desviar e não consegui mais trazer [o caminhão] para a pista”, disse Paulo Ricardo Florentino, 28.

Uma equipe da EPTV São Carlos foi agredida na Via Anhanguera, em Leme (SP).

A repórter Patrícia Moser conseguiu fugir e foi amparada por moradores. O cinegrafista Marlon Tavoni e o auxiliar Janesi Rigo acabaram encurralados em uma passarela.

O equipamento foi destruído e o carro teve vidros quebrados e pneus furados.

“Esse revoltante ato de selvageria, além de atentar contra a integridade física de profissionais que estavam exercendo sua atividade e de destruir propriedade alheia, busca impedir que as informações cheguem aos cidadãos”, disse a ANJ (Associação Nacional de Jornais), que exigiu apuração do caso e punição dos responsáveis.

Armados com fuzis e metralhadoras, cerca de 600 militares participaram da operação. Eles chegaram em caminhões, jipes e outras viaturas leves e tinham apoio de helicópteros.

Os militares estavam desde às 5 horas nas estradas para apoiar a liberação. Motoristas relataram estar ali por coação.

A estratégia para fazer com que eles permanecessem incluía murchar pneus e vandalizar veículos. No principal ponto de bloqueio na Via Dutra, em Jacareí, caminhoneiros deixaram o local aos gritos de “vou para casa”.

Com a saída, dos 5.000 caminhões que estavam no local na terça-feira (29), restaram apenas quatro.

Em Miracatu, a 137 km de São Paulo, caminhoneiros permaneceram estacionados até as 15h, preocupados com os relatos dos colegas de que havia paralisações no Sul.

Apesar da saída em massa tanto na Régis quanto na Dutra, nem todos os caminhoneiros disseram que iam voltar imediatamente ao trabalho.

Alguns contaram à Folha que pretendem buscar um posto com melhor estrutura, como chuveiro, e devem esperar até sexta-feira (1º) antes de seguir viagem.

Houve ação do Exército em ao menos outros cinco estados: Paraná, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Paraíba.

Pela via judicial, o STF (Supremo Tribunal Federal) mandou 96 transportadoras pagar R\$ 141,4 milhões, em 15 dias, em multas por não liberarem as estradas.

“Vale a pena enfatizar que a sanção pecuniária, nestes casos, surge como importante instrumento de coerção colocado à disposição do magistrado”, escreveu o ministro Alexandre de Moraes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Líder radical orienta caminhoneiro a encerrar bloqueios

Considerado pelo Palácio do Planalto um dos líderes mais radicais da paralisação, Wallace Landim, o Chorão, pediu aos motoristas que desfaçam acampamentos e bloqueios.

Em vídeo gravado, segundo ele, às 9h35 desta quarta em Brasília, orientou motoristas a se dirigirem à capital para realizar um grande protesto.

Ele reconheceu que não conseguiu nenhuma interlocução com o Planalto desde segunda-feira (28).

“Quero dizer aos companheiros que o governo não nos recebeu. Descartamos todas nossas energias, força, que a gente podia, e o governo negou o diálogo”, afirmou.

Ele disse que “não participou, não compactuou com sindicato, cooperativa, federação” que aceitaram um acordo com o governo Michel Temer.

Com o vídeo com 17 mil visualizações às 16h30 desta quarta, um motorista que não se identificou disse que “Chorão” está “lá em Brasília nos representando”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Wálter Nunes

Título: Presidente da Abcam é filiado ao PSDB e já foi acusado de fazer locaute

Quando o governo do presidente Michel Temer se viu obrigado a sentar à mesa para negociar o fim da paralisação dos caminhoneiros, quem esteve no canto oposto representando os interesses dos grevistas foi José da Fonseca Lopes, presidente da Abcam (Associação Brasileira dos Caminhoneiros).

Antes mesmo do primeiro caminhão encostar na beira da pista, Fonseca, como é conhecido no meio sindical, já havia se apresentado como porta-voz da

categoria. Uma carta assinada por ele alertou o governo para o risco de uma paralisação, recado ignorado pelo presidente. Mais tarde, com o país sentindo os primeiros efeitos do desabastecimento, Fonseca recusou o primeiro pacote de ofertas do Planalto, mas neste domingo (27) ele enfim deu aval para o fim da paralisação.

A permanência de bloqueios e caminhões no acostamento das estradas, porém, levanta questionamentos sobre a representatividade. O que não se tem dúvidas é sobre seu bom trânsito no meio patronal das transportadoras e na militância política partidária.

O presidente da Abcam é filiado ao PSDB. Já foi candidato a deputado federal pela sigla. Em 1998, recebeu o número 4589 para a disputa por uma vaga paulista na Câmara Federal. Conquistou 1851 votos, insuficientes para se eleger.

Quatro anos antes, ele já havia atuado como cabo eleitoral. Na disputa entre Mário Covas (PSDB) e Francisco Rossi (PDT) pelo governo de São Paulo, ele reuniu caminhoneiros para fazer uma grande caravana em favor do candidato tucano, que foi eleito. No ano seguinte, filiou-se ao partido. Sua filiação está ativa até hoje.

Fonseca começou a dirigir caminhões em 1960 e vinte e três anos mais tarde fundou a Abcam. Hoje, aos 76 anos, dirige uma entidade que diz ter 600 mil representados. Dirigiu também a Fetrabens (Federação dos Caminhoneiros Autônomos de São Paulo) e o Sindtanq (Sindicato dos Transportadores Autônomos de Combustíveis de São Paulo).

Por circular com desenvoltura entre patrões, Fonseca foi chamado a assumir uma cadeira na vice-presidência da CNT (Confederação Nacional dos Transportes), entidade patronal, como representante dos transportadores autônomos de passageiros e de cargas. A relação com o patronato é tão harmoniosa que a sede da Abcam fica no prédio da CNT, em Brasília.

No setor, dizem que cultiva uma relação próxima com Clésio Andrade, presidente da CNT, mas a assessoria de Andrade diz que o presidente “mantém apenas relações institucionais com os outros integrantes da confederação”. Andrade foi condenado a cinco anos e sete meses de prisão no mensalão tucano pelo crime de lavagem disse que vai provar a inocência em recurso.

Em meio à paralisação dos caminhoneiros, a CNT divulgou nota em que classificou como desproporcional a política de preços da Petrobras. Empresas do setor de transporte divulgaram apoio à paralisação dos caminhoneiros, o que levantou a dúvida sobre a prática de locaute, que é a participação de empresas e entidades patronais em greves, o que é proibido por lei.

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República investigam se empresas e entidades patronais premeditaram a paralisação. Uma lista com 21 alvos da apuração foi divulgada no domingo (27) pela TV Globo. Lopes, a Abcam e a CNT são investigados.

Não é a primeira vez que Fonseca é alvo desse tipo de questionamento. Emi99S, como presidente do Sindtanq, foi porta-voz da ameaça de paralisar o transporte de carga caso o governo não concedesse um reajuste no frete. O governo, na ocasião, denunciou o locaute.

As greves entraram em sua vida em 1974. Colegas contam que, quando liderava protestos com motoristas de caminhões tanques, derramava óleo e ateava fogo em pneus e até em rios. A prática ficou para trás, mas o protagonismo nas greves permanece.

Atuações partidária e sindical são isoladas, diz assessoria

OUTRO LADO

Lopes não respondeu aos contatos da Folha feitos por telefone, mensagens e email.

O PSDB disse que as atividades de Lopes como líder de entidade de classe “não se confundem com sua filiação partidária”.

A CNT disse, em nota, “a Abcam, assim como diversas entidades representativas do setor de transporte, está localizada no Edifício CNT, no setor de autarquias Sul, em Brasília

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras defende política de preço em vídeo a funcionários

Parente diz que reajustes diários não são "escolha caprichosa da diretoria"

A direção da Petrobras iniciou nesta quarta (30) uma ofensiva com seus empregados para defender a política de preços dos combustíveis, que se tomou alvo de ataques após a escalada do preço do petróleo, culminando com a paralisação dos caminhoneiros em todo o país.

Em uma série de vídeos publicados na rede interna da estatal, seu presidente, Pedro Parente, e outros executivos explicam a aplicação da política e a gestão

das refinarias da empresa, acusada por sindicalistas de privilegiar a importação de produtos dos EUA.

Os vídeos são divididos por temas: preço dos combustíveis, gestão de refinarias e custo de produção do petróleo, além da mensagem de Parente sobre o cenário atual e as críticas à gestão da companhia.

“Nossa empresa está passando por um teste importante”, diz Parente em seu vídeo, gravado em estilo de propaganda política, no qual aparece de colete e gravata tendo como fundo uma janela que mostra o icônico edifício sede da empresa, no centro do Rio.

O teste, diz, refere-se a “um aspecto importante daquilo que a gente está fazendo, que é a política de preços”.

“Está sendo muito questionada, nem tanto pelos valores, mas também uma discussão relacionada à frequência dos nossos reajustes”, continua.

Em acordo com os caminhoneiros nesta semana, o governo determinou que os reajustes no preço do óleo diesel passam a ser semanais, e não mais diários, como vem ocorrendo desde julho de 2017.

“Eu quero dizer para vocês que a frequência não foi uma escolha caprichosa da diretoria”, afirmou, repetindo conceito usado com analistas de mercado na segunda (28). “Quando a gente faz reajustes mensais, a gente fica exposto a perda de participação de mercado.”

Em outro vídeo, o gerente de marketing e comercialização da empresa, Guilherme França, Guilherme França, tenta responder a “uma pergunta que é feita diariamente pela internet, pelos nossos colegas de trabalho, pelos nossos colegas de vida, enfim, da escola dos nossos filhos, dos nossos amigos”.

Em sua fala, ele defende que os preços da Petrobras não são maiores que no exterior e reforça que a alta carga tributária é que faz os produtos ficarem caros na bomba.

A política de preços é um dos temas da greve dos petroleiros iniciada nesta quarta (30). Eles acusam Parente de forçar a venda a preços internacionais para permitir a entrada de concorrentes no mercado brasileiro e alegam que a política reduz a utilização das refinarias nacionais (leia na pág. B5).

“Aliás, pessoal, não tenho, não, o poder de definir a carga das refinarias. Isso é um sistema bastante complexo, é uma coisa que foi feita na empresa que procura otimizar a produção em todas as nossas refinarias em função da

demanda, em função do tipo de óleo, em função do que a gente consegue vender no mercado”, defendeu Parente.

Ele termina seu vídeo citando realizações da gestão como redução do endividamento e dos indicadores de acidentes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Diesel começa a chegar aos postos com desconto

Com o retorno do abastecimento de combustíveis, os postos já começam a receber diesel com o desconto concedido pela Petrobras na semana passada.

Segundo revendedores, o desconto médio é de R\$ 0,21 em São Paulo e de R\$ 0,20 no Rio. Os cortes adicionais prometidos pelo governo, porém, ainda dependem da aprovação de medidas pelo Congresso.

Considerando que o diesel vendido nos postos contém 10% de biodiesel, o percentual indica que as distribuidoras estão repassando o corte da Petrobras na íntegra. Há notícias, porém, de percentuais menores em outros estados: um revendedor de Minas, por exemplo, disse que recebeu o produto com desconto de R\$ 0,15.

Os preços dos combustíveis são livres no Brasil, mas o governo quer que o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e os Procons estaduais fiscalizem os repasses às bombas. Questionado nesta quarta (30) sobre sua atuação nesse sentido, o Procon de São Paulo não soube comentar.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) tem realizado fiscalizações em parceria com Procons estaduais para verificar preços, mas mais focadas na cobrança de valores abusivos durante a crise de desabastecimento.

“A redução via subvenção e via impostos não pode ficar pelo caminho. Tem que garantir que chegue ao consumidor”, disse na segunda (28) o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

O presidente Michel Temer prometeu aos caminhheiros reduzir o preço do diesel em R\$0,46 por litro. O corte, porém, depende da edição de medida provisória que reduz as alíquotas de PIS/Cofins e de acordo com a Petrobras para ressarcimento de descontos adicionais que serão concedidos pela estatal.

O desconto que começa a chegar às bombas refere-se a corte de 10% nos preços de refinaria com vigência de 15 dias anunciado pela Petrobras na semana passada, num movimento que gerou críticas sobre a volta da interferência estatal na companhia.

No acordo feito com os caminhoneiros, o governo estendeu esse prazo para 60 dias e elevou o desconto para R\$ 0,30, mas terá de negociar o reembolso dos valores adicionais com a estatal.

A Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes) disse que vai solicitar ao Cade autorização para emitir circular pedindo aos postos que façam o repasse integral dos descontos.

A Plural, entidade que representa as distribuidoras, não quis comentar o assunto, alegando que os preços dos combustíveis são livres.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petroleiro descumpre decisão e inicia greve

TST amplia de R\$ 500 mil para R\$ 2 mi multa diária para sindicatos; Petrobras descarta risco de desabastecimento

rio de janeiro Apesar de liminar do TST (Tribunal) Superior do Trabalho contra a greve, os petroleiros iniciaram paralisações em unidades da Petrobras no início da madrugada desta quarta (30). A empresa diz, porém, que não houve impacto na produção e que há estoques para atender o mercado.

Após o início da mobilização, o TST ampliou de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões o valor de multa diária para organizações sindicais que descumprirem a determinação de não realizar greve.

Para o tribunal, a mobilização é política e não tem pauta de reivindicações.

A categoria aprovou a greve em protesto contra o plano de venda de ativos da estatal e pede a demissão do presidente da companhia, Pedro Parente. Na semana passada, após o início da paralisação dos caminhoneiros, incluiu na pauta a redução dos preços dos combustíveis.

"Os trabalhadores não vão trabalhar, porque eles sabem o que está acontecendo dentro da Petrobras. Eles sabem que hoje está em curso um

processo de entrega do patrimônio público", disse Rangel, durante plenária na CUT (Central Única dos Trabalhadores) do Rio, na noite de terça.

De acordo com os sindicatos, as mobilizações incluíram a suspensão de troca de turnos e paralisações em refinarias, terminais e plataformas de produção de petróleo. Houve atos também em frente a unidades administrativas da companhia.

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) diz que houve adesão em 25 plataformas de produção de petróleo. Três delas teriam tido suas operações paralisadas, segundo a entidade. A greve tem duração de 72 horas.

Em nota, a Petrobras diz que não houve impactos na produção e que destacou equipes de contingência para manter as operações. As refinarias continuam produzindo combustíveis e entregando às distribuidoras.

Na semana passada, o anúncio de greve dos petroleiros gerou preocupações sobre risco de aprofundamento da crise de desabastecimento gerada pela paralisação dos caminhoneiros. A própria categoria, porém, avisou que não interromperia o fluxo de combustíveis para o mercado.

Na terça (29), Petrobras e AGU (Advocacia-Geral da União) foram ao TST pedir liminar para impedir a mobilização.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras leva Bolsa a cair 11% em maio, pior mês em 4 anos

São Paulo - A Bolsa fechou maio com queda de 10,87%, maior variação mensal negativa desde setembro de 2014 (-11,7%).

O mercado acionário foi castigado no mês pelo fortalecimento global do dólar, o que aumenta a aversão ao risco de mercados emergentes, além do contexto nacional com manutenção da Selic e, no fim do mês, impactos pela paralisação de caminhoneiros, que derrubou a Bolsa e a Petrobras.

As ações preferenciais da Petrobras, as mais negociadas, caíram 17,4% em maio.

O dólar subiu pelo quarto mês consecutivo. Em maio, saiu do patamar de R\$ 3,50 para R\$ 3,74, alta de 7,1%.

As incertezas em relação às eleições presidenciais de outubro também pesaram no mercado nacional.

Anais Fernandes

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Privatização da Petrobras é rejeitada por 55%

São Paulo - Segundo o Datafolha, 55% dos brasileiros são contrários à privatização da Petrobras. Para 74%, a empresa não deveria ser vendida para estrangeiros em hipótese alguma. Outros 30% concordam com a privatização, embora só 17% aceitem que ela venha a ficar em mãos estrangeiras.

Não sabem opinar sobre a privatização 13%, e sobre o controle estrangeiro, 8%. São indiferentes, respectivamente nesses itens, 2% e 1%. O Datafolha ouviu por telefone 1.500 adultos na terça (29), em todas as regiões do país. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro, Lucas Vettorazzo e Ana Paula Ragazzi

Título: PIB mostra retomada lenta, e parada de caminhoneiros piora cenário

Nos primeiros três meses do ano, economia cresceu 0,4%; analista revisa projeção após paralisação

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO - A economia cresceu no primeiro trimestre mais do que esperavam analistas do mercado financeiro esperavam. Mas eles estão revisando para baixo as previsões de 2018 para o comportamento do PIB (Produto Interno Bruto).

A greve dos caminhoneiros e, antes disso, a alta do dólar colocaram dúvidas sobre o desempenho da atividade no segundo trimestre, e muitos já temem o impacto desses eventos sobre a confiança de empresários e consumidores ao longo do ano.

O IBGE informou, nesta quarta-feira (30), que o PIB cresceu 0,4% no primeiro trimestre, em relação aos últimos três meses de 2017.

Embora a taxa seja mais alta do que as vistas na segunda metade do ano passado, revela um ritmo mais lento do que era esperado para.

Para se ter ideia da frustração, no início do ano, a expectativa de analistas, como Thiago Xavier, da consultoria Tendências, era de que o PIB cresceria 0,9% nos primeiros três meses. "Estes novos eventos domésticos são fatores que devem limitar o crescimento", disse Xavier.

Com as taxas de juros no piso histórico (aos 6,5% ao ano) e a inflação baixa, a expectativa era que o consumo ganhasse velocidade, assim como o investimento, em 2018.

Mas as taxas cobradas do consumidor não caíram na mesma velocidade. O desemprego seguiu elevado e as vagas que surgiram estão concentradas no setor informal. Isso limitou o avanço da renda disponível para compras.

O consumo das famílias cresceu 0,5%, em comparação com o trimestre imediatamente anterior, considerado um número ainda modesto.

O segundo trimestre, que até começou com indicadores positivos em abril, teve um maio turbulento.

Como reflexo da alta dos juros nos EUA, a cotação do dólar subiu em países emergentes como o Brasil. O BC (Banco Central) segurou novo corte da taxa de juros e as condições financeiras pioraram.

A greve dos caminhoneiros e seus efeitos sobre a economia começam a ser calculados e adicionam problemas a um cenário que já estava ficando mais difícil.

O Santander foi uma das poucas casas que estimou os caminhões na economia. A equipe de análise do banco estima impacto de 0,7 ponto percentual no PIB do segundo trimestre e reduziu sua expectativa de crescimento da economia brasileira em 2018 de 3,2% para 2% -antes da greve, já promoveria um corte, mas para 2,5%.

O economista do Santander, Rodolfo Margato, explica que o cálculo abrange impactos diretos e indiretos da paralisação, como as perdas de produção e vendas, e a influência negativa na confiança do consumidor, a partir de informações reportadas por entidades setoriais nos últimos dias também de ferramentas estatísticas.

O setor agrícola tende a ser mais impactado, por conta da perda de produção. "Os animais que morreram ou os produtos que estragaram indicam que será preciso iniciar um novo ciclo de produção, o que leva tempo", diz.

No setor industrial, a contatem de ser outra, porque o consumidor pode ter apenas adiado a compra de um carro. Essa recuperação se torna inviável no caso do agronegócio, com a perda da produção. Ou no setor de restaurantes, uma vez que a pessoa não vai jantar duas vezes fora neste fim de semana porque ficou em casa no anterior ou ainda pode ter cancelado uma viagem, sem data para remarcação.

Neste contexto, em vez dos 2,4% de expansão previstos na pesquisa Focus, do BC, agora o consenso parece caminhar para algo em torno de 2%, com risco de o crescimento em 2018 ser ainda menor.

Artur Passos, economista do Itaú Unibanco, observa que a greve dos caminhoneiros em 2012 e a onda de protestos de junho de 2013 não abalaram o PIB naqueles anos. Mas, desta vez, parece que a história será diferente.

"Houve uma interrupção nas cadeias de suprimento e de produção. Boa parte pode ser compensada em junho, mas não está claro se os setores vão conseguir tirar o atraso", disse, referindo-se a atividades como o de proteína animal e de corte e moagem da cana.

"É um efeito de magnitude difícil de se calcular, mas o sinal é para baixo", afirmou. O Itaú revisou, no início do mês, a previsão do PIB para 2%.

Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica do Goldman Sachs, demonstra preocupação com os efeitos das incertezas no campo político e econômico sobre consumo e investimentos. Após a divulgação do PIB, ele cortou sua projeção para o crescimento neste ano de 2,3% para 2%.

Os investimentos cresceram 0,6% no trimestre, em relação aos últimos três meses do ano passado. Na comparação com o mesmo período de 2017, a alta é de 3,5%.

Muito do investimento feito, porém, tem ligação com a depreciação do parque produtivo. As indústrias precisam investir para manter em dia as máquinas e para simplificar processos a fim de reduzir custos. A construção civil, por sua vez, voltou a cair no trimestre (-0,6%), após um segundo semestre mais positivo.

O ajuste nas contas do governo, fator necessário para recolocar a economia no trilho no médio prazo, perde força neste fim de governo Michel Temer. E o quadro eleitoral incerto não permite saber ainda se o próximo presidente se comprometerá com o ajuste, a seu ver inevitável.

"Em 72 horas, o governo abriu mão de 0,4% do PIB. É um custo elevado. O risco é que outros grupos se animem a demandar outros benefícios. A situação é crítica, não há espaço fiscal para nada", afirmou.

O PIB mostrou que, pelo lado da produção, o destaque foi novamente o setor agropecuário, que cresceu 1,4% ante os três meses anteriores. Como em 2017, houve uma supersafra, o setor apresentou queda de 2,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

A indústria ficou estagnada, com uma alta de 0,1%, mesma variação dos serviços, não acompanharam a melhora na capacidade de consumo do brasileiro, que deu preferência à aquisição de bens duráveis.

O setor externo, responsável em parte pela melhora da economia no primeiro trimestre de 2017, não repetiu desempenho no começo deste ano e tende a ser prejudicado pela paralisação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Zeina Latif

Título: Triste episódio

Difícil explicar para a sociedade indignada a complexidade que envolve a paralisação dos caminhoneiros. Para piorar, ninguém quer ouvir explicações de um governo com reduzida credibilidade. O resultado é o apoio de parcela importante da sociedade à greve. A raiz da crise está nos equívocos de governos passados, como apontado por Samuel Pessoa.

Os caminhoneiros reagiram à queda do seu rendimento e às incertezas em relação ao rendimento no futuro. De um lado, fretes deprimidos pela recessão e pelo crescimento excessivo da frota de caminhões (54% entre 2008 e 2014) estimulado por crédito subsidiado. De outro, o ajuste expressivo do preço do principal insumo dessa atividade, depois de vários anos de preços controlados, que gerou um custo em torno de US\$ 40 bilhões para a Petrobrás, segundo especialistas.

A conta do artificialismo na economia tardou, mas apareceu, gerando uma sensação de que toda a culpa da crise é do governo atual, ainda que este tenha sua parcela de responsabilidade. Um governo enfraquecido que não consegue mais aprovar reformas, resistir a pressões de grupos de interesse e restabelecer a ordem. Os motoristas autônomos e as pequenas transportadoras têm razão em reclamar da flutuação excessiva do preço do diesel, pois não conseguem repassar tempestivamente esse custo ao valor do frete.

Além disso, não há mecanismos de proteção (hedge) disponíveis. Mas isso não justifica uma paralisação ampla e duradoura, bloqueando estradas e afetando setores vitais. A Petrobrás também tem razão de repassar ao consumidor a alta

do dólar e do diesel no mercado internacional. É necessário preservar sua solidez financeira e capacidade de investir. Pode-se discutir a forma de repasse, mas não o repasse em si.

O cenário externo mudou, o preço do diesel subiu e a conta precisa ser paga. Em condições normais, parte do choque de custo seria absorvida pelo setor produtivo, e, certamente, o grosso seria repassado ao consumidor final. Na saída desorganizada de agora, o ônus para a sociedade ficou bem mais alto, pelo impacto fiscal e na economia. A combinação de governo sem credibilidade, apoio da sociedade ao movimento e eleições aumentou a fatura.

A redução de R\$ 0,46 no litro do diesel é significativa e as demais medidas do acordo lembram o Brasil do passado. O impacto na atividade econômica não será desprezível. Há destruição de riqueza, como na indústria de alimentos; há perdas que não serão recuperadas, como no setor de serviços (meios de pagamentos e companhias aéreas, para citar alguns); e prejudica-se a saúde financeira de empresas, que poderão ter dificuldades para honrar compromissos.

Mais difícil ficará a vida dos desempregados. Além disso, a imagem do País foi afetada, sendo que as mudanças de contratos, como no caso do pedágio, e o sentimento de vulnerabilidade da Petrobrás podem afastar investidores. Esse triste episódio revela várias fragilidades do Brasil: a resistência de grupos organizados às reformas estruturais, como o fim de subsídios; a vulnerabilidade da sociedade ao populismo e a fraqueza das instituições. Órgãos de controle não reagiram como deveriam.

Atos ilegais dos grevistas não foram condenados e o acordo proposto pelo governo em vários pontos vai na contramão da defesa da concorrência, como apontado por Marcos Lisboa. O comportamento da classe política e dos poderes preocupa. Com a fraqueza do Executivo, a responsabilidade deveria ser ainda mais compartilhada pelos demais poderes e esferas de governo. Houve oportunismo e omissão de muitos.

Os governadores, de uma forma geral, lavaram as mãos, enquanto deveriam participar da solução com a mudança de cálculo do ICMS sobre o diesel e garantir o fluxo nas estradas. Lamentavelmente, alguns presidenciáveis pegaram carona na crise. Não foram só as mercadorias que sumiram. O espírito republicano e a responsabilidade com o País também.

ECONOMISTA-CHEFE DA XP INVESTIMENTOS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Colunas**Autor:** Andreza Matais**Título:** » Deixa disso.

Coluna do Estadão

O deputado federal Newton Cardoso (MDB-MG) defendeu a saída do presidente da Petrobrás, Pedro Parente, durante reunião da bancada do MDB, na terça, na Câmara. Mas o ministro Carlos Marun pôs panos quentes.

» Basta!

Acabou a paciência do governo com os caminhoneiros que insistem em manter a greve. A partir de agora, o ato será tratado como piquete. Já com o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, a ordem é blindá-lo das críticas.

» Só um parêntese.

O apoio garantido a Parente, contudo, não impede que auxiliares do presidente digam que o remédio dado por ele para salvar a Petrobrás não pode virar veneno.

» Missão.

“Todo mundo deve fazer sua parte se quiser mudar o País. Esses ministérios estão sitiados por partidos e por apadrinhamentos”, diz ‘MacGyver’.

» Pitaco.

A aliados, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), atacou o vídeo gravado pelo adversário Geraldo Alckmin (PSDB) sobre a greve dos caminhoneiros. Não apenas pelo conteúdo.

» De mudança.

O ex-ministro interino da Secretaria- Geral da Presidência Joaquim Lima de Oliveira vai assumir a vice-presidência de Governo da Caixa. **Joaquim é ex-secretário executivo do ministro Moreira Franco (Minas e Energia).**

COM NAIRA TRINDADE. COLABOROU BRENO PIRES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: William Waack****Título: Flerte com o abismo**

Como assim as pessoas apoiam um movimento, o dos caminhoneiros, mesmo sabendo que sofrerão severos transtornos e prejuízos diretos na vida pessoal e financeira? Em outras palavras, agindo contra os próprios interesses – e sabendo disso. Supõe-se que alguma coisa mais esteja em jogo, além da irracionalidade em decisões (no comportamento de consumidores, por exemplo) há tanto tempo detectada por teorias econômicas de comportamento.

Como eventual contribuição a uma explicação, avanço aqui duas possibilidades inteiramente subjetivas e derivadas da minha biografia pessoal como repórter. Será que as pessoas percebem seus “interesses objetivos e racionais” como analistas percebem ou acham que deveriam perceber? No caso brasileiro dos últimos dias, é patente que não.

Em primeiro lugar, salta aos olhos que uma enorme quantidade de pessoas não entenda que dinheiro público é o dinheiro delas, recolhido por meio de impostos e contribuições. Para elas, portanto, se tem alguém gastando mais do que arrecada, esse alguém é “o governo”, essa distante e incompreensível entidade que manda nas nossas vidas sem que a gente entenda muito bem como.

Em segundo lugar, o governo é ocupado por “eles”, políticos e seus nomeados, uma espécie de casta. “Eles” são interessados apenas nos próprios negócios, na própria corrupção e, agora que “nossa” paciência se esgotou e nossa indignação explodiu, precisam ser varridos como lixo. É evidente que “nós” não nos sentimos representados por “eles” – e quando confrontada com o fato de que “eles” estão lá pois foram votados para estarem lá, imensa quantidade de pessoas não gosta do que enxerga no espelho.

Muita gente acha que a revolta que acompanhou as manifestações de caminhoneiros (acompanhadas, em alguns casos, de comportamento criminoso) é uma espécie de mal necessário para que dessa situação crítica renasça um novo País, não importam os danos imediatos causados à economia.

É óbvio, na minha percepção, que essa conduta reflete muito mais uma imensa frustração do que um claro sentido de ação, mesmo os caminhoneiros tendo arrancado o que pretendiam (baixar os próprios custos, empurrando a conta para outros). Não são poucos os que enxergaram, por outro lado, que atender

às reivindicações dos caminhoneiros só seria possível tornando ainda mais complicada a solução para contas públicas quebradas.

Mas – e aqui deveríamos escrever MAS, em maiúsculas –, foi irresistível para parcela expressiva da população a identificação proporcionada pelo símbolo do trabalhador sacrificado (o caminhoneiro) que levanta o dedo médio em riste contra “eles”, enquanto entrega a Deus o comando na boleia.

Acho perda de tempo decifrar neste momento qual o “recado” que essa revolta está transmitindo para a política – na verdade, a mensagem principal é o ódio e o desprezo em relação à própria política, entendida como um jogo sujo no qual só “eles” ganham, com seu sistema de benefícios próprios, desperdícios, corrupção e a inexplicável administração de preços que leva o combustível que “nós” produzimos a custar bem menos na Bolívia.

Temo ter de dizer que esse flerte com o abismo, registrado nos últimos dias, seja a expressão da desintegração (que não me parece meramente passageira) da capacidade do Estado de impor diretrizes e autoridade. Mas também desse nebuloso estado de espírito segundo o qual a fúria e a frustração que existem na população criam a necessidade de mudança por meio do fracasso social.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Aposto no caos

O estrondoso sucesso da greve dos caminhoneiros – que viram atendidas todas as suas reivindicações e colocaram o governo de joelhos, arrancando urras de parte considerável da população – inspirou os oportunistas de sempre a tentar capitalizar e, quem sabe, ampliar a insatisfação popular.

É o caso, por exemplo, da Federação Única dos Petroleiros (FUP), sindicato petista que decidiu deflagrar “a maior greve da história da Petrobrás” para protestar contra “os preços abusivos dos combustíveis” e “contra o desmonte da empresa que é estratégica para a nação” – razão pela qual exige a demissão do presidente da estatal, Pedro Parente.

Felizmente, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) declarou a greve ilegal, estipulando multa diária de R\$ 500 mil em caso de descumprimento. Em sua decisão, a ministra do TST Maria de Assis Calsing disse que se trata, “a toda evidência, de greve de caráter político”.

Com razão, a magistrada considerou que a pauta dos grevistas representa “forte ingerência no poder diretivo da Petrobrás” e também “em ações próprias de políticas públicas, que afetam todo o País e cuja solução não pode ser resolvida por pressão de uma categoria profissional”.

Além disso, escreveu ela, uma greve de petroleiros neste momento provocaria enormes prejuízos à população, especialmente “por resultar na continuidade dos efeitos danosos causados com a paralisação dos caminhoneiros”. E Maria de Assis Calsing arrematou: “Beira o oportunismo a greve anunciada”. Os oportunistas em questão, é claro, não se fizeram de rogados.

“Consideramos inconstitucional (a decisão do TST). A Constituição nos garante decidir quais interesses devemos proteger com a greve”, disse um porta-voz da FUP. A pilantragem hermenêutica apenas confirma o caráter totalmente mendaz desse e de outros movimentos feitos exclusivamente para explorar o apoio popular obtido pela greve dos caminhoneiros.

Esses movimentos pretendem ampliar a já crescente hostilidade ao governo do presidente Michel Temer, transformado pelos jacobinos da luta anticorrupção e por aproveitadores em geral em símbolo de um país carcomido pela corrupção e pelos privilégios a minorias bem articuladas.

Ora, não é preciso morrer de amores por Temer para ver aí um evidente exagero, pois o presidente herdou um país esfrangalhado pela criminosa irresponsabilidade lulopetista e, em pouco tempo, restabeleceu um mínimo de racionalidade fiscal, disso resultando a queda da inflação e dos juros e a retomada do crescimento.

No entanto, nada do que esse governo faz, mesmo seus acertos mais evidentes, parece digno de crédito, pois, conforme indicam as pesquisas e a julgar pelo apoio popular aos caminhoneiros, Temer passou a ser um exemplo de governo desastroso. Esse discurso ressuscitou o que deveria estar morto, isto é, o embuste lulopetista, segundo o qual o País era uma maravilha nos tempos de Lula da Silva e Dilma Rousseff – inclusive com combustível barato, subsidiado.

A nostalgia daqueles tempos “dourados” ignora, por exemplo, que a política de subsídios tende a concentrar renda nos grupos organizados da sociedade, restando à maioria desorganizada e pobre arcar com o custo. Aliás, é preciso lembrar que a crise dos caminhoneiros tem sua origem não só na ilusão do diesel barato, mas também na farra petista do crédito farto, que estimulou muitos a comprar caminhões, inflando assim a oferta do serviço de transporte, o que baixou o preço do frete.

Quando veio a crise, a demanda pelo serviço caiu, deixando muitos caminhoneiros endividados e sem trabalho. A racionalização do preço dos combustíveis, para sanear a Petrobrás destruída pelos petistas – os mesmos que ora organizam uma greve para “defender” a estatal –, completou o quadro. A política de austeridade e as reformas de Temer nada têm a ver com essa crise. São, ao contrário, sua solução, nunca sua causa.

Mas é mais fácil acreditar nas patranhas lulopetistas ou, pior, defender a volta dos militares ao poder, do que aceitar a dura realidade de que o Estado não é senão administrador de recursos escassos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Adriana Ferraz Vítor Marques

Título: Presidenciáveis encaram ‘ônus’ da greve

Analistas ouvidos pelo ‘Estado’ afirmam que nenhum dos pré-candidatos ao Planalto se beneficiou da paralisação do ponto de vista eleitoral

Onze dias após o início da greve dos caminhoneiros, nenhum dos pré-candidatos à Presidência da República se beneficiou eleitoralmente da crise que parou o País, segundo analistas ouvidos pelo Estado.

Se já nos primeiros dias da greve, Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Henrique Meirelles (MDB) e Rodrigo Maia (DEM) tentaram capitalizar com a paralisação, o saldo final indica que os presidenciáveis, em maior ou menor grau, ficaram com o ônus do episódio. Bolsonaro, por exemplo, teve de mudar o discurso em relação ao movimento.

Na véspera do início dos bloqueios de estradas, antes mesmo de o governo Michel Temer demonstrar qualquer tipo de preocupação com os efeitos do desabastecimento, o parlamentar já anunciava apoio aos caminhoneiros pelas redes sociais. Em 27 de maio, chegou a prometer, caso eleito presidente, revogar eventuais multas impostas a quem interditava rodovias pelo País.

Após caminhoneiros – ou infiltrados, como classificou o governo federal – começarem a pedir intervenção militar, o deputado recuou e apelou pelo fim da greve. “O Brasil quebrado não interessa a vocês nem a nós”, afirmou em um vídeo direcionado aos caminhoneiros e publicado em suas redes sociais na segunda.

“Bolsonaro pisou no freio e percebeu que apostar no ‘quanto pior melhor’ acabou, de certa maneira, influenciando dentro do próprio grupo de apoio dele,

que são os militares”, afirmou cientista político e professor da Universidade Mackenzie Rodrigo Prando. Como solução para o problema, Ciro chegou a pedir a demissão do presidente da Petrobrás, Pedro Parente.

Marina criticou o aumento de preços praticados pela estatal. Já o ex-ministro da Fazenda do governo Temer Henrique Meirelles foi chamado ao Planalto no domingo, em plena greve. Convocado pelo presidente, que o lançou pré-candidato do MDB à Presidência, ele participou de uma reunião para tentar colaborar com a solução do problema.

Sem êxito, Meirelles tentou se descolar da crise. Para o cientista político da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo Marco Antonio Teixeira as consequências da greve prejudicam qualquer candidatura do governo, como a de Meirelles. “Seja como presidente ou até mesmo para vice-presidente, seria um risco desnecessário para outro partido ter um nome ligado ao governo na chapa”, disse.

Segundo ele, as declarações de Ciro e Marina, que alertaram para os riscos da greve, fizeram com que eles saíssem “menos chamuscados”. Maia quis se antecipar na busca pela solução do problema. No terceiro dia de bloqueios, o presidente da Câmara pautou e votou em tempo recorde um projeto de lei que zerava a cobrança de PIS-Cofins sobre o diesel até o fim deste ano.

Na pressa, errou nos cálculos da renúncia fiscal (avaliou em R\$ 3,5 bilhões, mas o montante era de cerca de R\$ 14 bilhões). Depois da falha, reconhecida por ele, saiu de cena. Na avaliação do cientista político José Álvaro Moisés, a greve escancarou a falta de autoridade do governo e a ausência de lideranças políticas capazes de resolver o problema.

“E também revelou que o vencedor da eleição de outubro vai receber um País em situação extremamente delicada e complexa”, disse. Para Moisés, nenhum dos presidenciáveis ganhou com essa crise. “Para mim, Bolsonaro e Ciro Gomes perderam. Os demais tiveram posição ambígua.”

Alckmin.

Anteontem, no sétimo dia da paralisação, Alckmin citou o “oportunismo de candidatos presos ou soltos que buscam se cacifar” com o movimento, sem citar diretamente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso pela Lava Jato.

“Em um momento de ânimos acirrados, Alckmin reafirma sua candidatura como opção moderada de centro ao não entrar na discussão. Isso pode ser mais positivo do que negativo”, disse Prando.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Cleide Silva****Título: Perdas com a greve superam R\$ 75 bi**

Prejuízos ainda podem aumentar, dependendo do tempo que o setor vai levar para normalizar as atividades depois do fim da paralisação

As projeções preliminares de diversos segmentos da economia após dez dias de greve dos caminhoneiros apontam para perdas de mais de R\$ 75 bilhões. Em alguns casos, os prejuízos ainda podem aumentar mesmo após o fim do movimento, pois, dependendo do tipo de atividade, a retomada poderá levar de uma semana a 20 dias. Também há preocupação sobre como será a volta das atividades. "Não sabemos ainda, por exemplo, como será precificado o aumento do frete", afirma José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

"Dá arrepios só de pensar." O setor calcula que deixou de gerar, até agora, R\$ 3,8 bilhões, e precisará de duas a três semanas para retomar totalmente as atividades. A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) estima que as áreas de comércio e serviços deixaram de faturar cerca de R\$ 27 bilhões entre os dias 21 e 28. "São nítidos os transtornos causados pelo desabastecimento generalizado, que pode provocar danos ainda maiores ao País, como aumento do desemprego, falta de gêneros alimentícios, estoques, baixo fluxo de vendas e prejuízo ao desenvolvimento econômico", diz o presidente da Fecomércio de Minas Gerais, Lúcio Emílio de Faria Júnior.

Os supermercados contabilizam R\$ 2,7 bilhões em prejuízos. Para os distribuidores de combustível, as perdas já atingem R\$ 11,5 bilhões. Volta lenta. Com menos bloqueios nas estradas e a volta, lentamente, do abastecimento de combustíveis, algumas empresas estão retomando operações. Das 167 unidades produtoras de aves, ovos e suínos que estavam paradas em todo o País, 46 reiniciaram atividades ontem, informa a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). As empresas do setor acumulam prejuízos de R\$ 3 bilhões e perderam 70 milhões de aves, mortas por falta de ração. Com parte do abastecimento retomado, a mortandade deve acabar.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), a cadeia produtiva da pecuária de corte deixou de movimentar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões. Os produtores de leite perderam R\$ 1 bilhão, parte disso com o descarte de mais de 300 milhões de litros de leite. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) calcula que produtores em geral devem levar de seis meses a um ano para se reestruturarem.

O setor têxtil estima perdas de R\$ 1,8 bilhão e, até ontem, ainda tinha cerca de 70% das empresas paradas ou prestes a parar. A previsão da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) é de que serão necessários pelo menos 20 dias para que a situação seja normalizada. Carros. Na indústria automobilística quase todas as fábricas estão paradas desde sexta-feira. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, diz que "a maioria retomará a produção, de maneira gradual, a partir de segunda-feira".

As unidades da Fiat em Minas Gerais e da Jeep em Pernambuco voltam a operar hoje. A Anfavea não divulgou prejuízos, mas, com base na produção média de veículos em abril, cerca de 51 mil veículos deixaram de ser fabricados. O resultado deste mês poderá interromper uma sequência de 18 meses de alta na comparação interanual. Até terça-feira as vendas do setor tinham caído 11% em relação a abril (para 192,8 mil unidades), mas ainda devem superar o volume de maio de 2017, de 195,6 mil unidades.

A indústria química soma R\$ 2,5 bilhões em perda de faturamento e calcula em dez dias o período para retomada de atividades.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Colaboraram Márcia De Chiara E Mônica Scaramuzzo

Título: Distribuição de combustível avança no País

A entrega de combustíveis nos postos avançou ontem. A expectativa era de que 90% dos carregamentos das distribuidoras até os postos da capital e Grande São Paulo estivessem regularizados até a noite de quarta-feira, segundo Ricardo Mussa, conselheiro da Plural, entidade que reúne a BR (da Petrobrás), Raízen (joint venture entre Cosan e Shell) e Ipiranga (do Grupo Ultra). Na segunda-feira, os volumes eram de 15%.

No período mais crítico, chegaram a 10%. O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado São Paulo (Sincopetro), José Alberto Paiva Gouveia, disse, contudo, que a vazão não tem sido no mesmo ritmo. Ontem, cerca de 500 postos tinham recebido carregamento. Na terça-feira, foram 350. "Mas, em muitos deles, o combustível esgotou rápido." Mais de 25% dos postos da capital e Grande São Paulo estavam em operação ontem.

De acordo com a Plural, as regiões Nordeste e Sudeste do País deviam ter cerca de 95% dos carregamentos feitos até a noite de ontem. Na região Norte, 90%. No Sul e Centro-Oeste, 75% e 80%, respectivamente. "A média Brasil ficará em 75%." Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como Suape (PE) e Betim (MG),

tiveram de contar com escoltas. Algumas rodovias do Centro-Oeste também registraram bloqueios./M.S.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: 'Abastecimento volta ao normal até o fim de semana'

Entrevista

Luís Henrique Guimarães, presidente da Raízen

Segunda maior distribuidora de combustíveis do País, a Raízen (joint venture entre a Cosan e a Shell) acredita que o abastecimento dos postos, prejudicado pela greve dos caminhoneiros, deverá ser normalizado nos próximos dias. Luís Henrique Guimarães, presidente da companhia, ainda não vê a paralisação dos petroleiros, deflagrada ontem, como motivo de preocupação. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Quanto tempo levará para o abastecimento voltar ao normal?

Depende da região. As pessoas não têm ideia do impacto que (a greve) tem para a cadeia. Acredito que, agora, com o feriado prolongado, o fluxo seja mais rápido. Até o fim de semana, a situação vai se normalizar. Há regiões que foram mais afetadas, como Betim (MG), por exemplo. Nosso trabalho agora é reorganizar estoques. Os consumidores nem sempre se dão conta porque o produto está sempre lá nos postos.

O sr. vê a greve dos petroleiros com preocupação?

Não. O que foi das refinarias para as distribuidoras, em sua grande maioria, é por dutos. O segundo ponto é que a Petrobrás tem enorme competência para conduzir essa crise. A Raízen fará a parte dela.

Como a Shell recebeu a notícia da crise?

Não muda a percepção deles sobre o Brasil. Eles acompanham o desenrolar e acreditam na capacidade da companhia de conduzir a crise.

Como foram as conversas das distribuidoras em Brasília?

Todas tentaram administrar a situação, saber quais eram os locais mais frágeis. Houve uma conjunção de energia ali para resolver este problema.

Qual foi o impacto na Raízen?

As perdas foram representativas, mas não temos a magnitude (o faturamento da Raízen Distribuidora é de cerca de R\$ 8 bilhões por mês).

Como a discussão tributária deve ser conduzida?

A discussão futura tem de ser de criar mecanismos para que se possa poupar para poder gastar nos momentos como estamos vivendo agora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Julia Lindner Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: Caminhoneiro é morto com pedrada na cabeça em Rondônia

Governo diz que investiga mobilização de "grupos estranhos" aos caminhoneiros durante a greve

Um caminhoneiro de 70 anos foi morto ontem com uma pedrada na cabeça perto de um ponto de manifestação dos caminhoneiros grevistas na BR- 364, em Vilhena (RO). De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), José Batistela chegou a ser socorrido após o ataque, mas não resistiu aos ferimentos. Ainda não se sabe quem arremessou a pedra contra o veículo dele.

As circunstâncias da morte ainda estão sendo investigadas pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado. Ontem, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen, anunciou que "novas prisões" estão sendo executadas por causa de atos de violência por "grupos estranhos" à mobilização dos caminhoneiros, que ontem completou dez dias.

O ministro não especificou, no entanto, quantas novas pessoas foram presas, nem onde. Jungmann disse que a forma como o motorista foi morto, atingido por uma pedra na cabeça enquanto dirigia o caminhão, foi "absolutamente desumana". Episódios de violência. O ministro também informou que pediu um levantamento de todas as prisões que foram feitas pelas forças policiais durante a greve, mas que ainda não possui os dados exatos e que serão divulgados para a imprensa nos próximos dias.

Embora não tenha detalhado as novas prisões ocorridas, o ministro informou que também foi preso um dos homens que agrediram um motorista de cegonheira que vestia camisa vermelha e tentava passar por bloqueio na terça-feira na BR-153 em Miranorte, na região central do Tocantins. Nas imagens, é possível ver que o caminhoneiro teve a roupa rasgada e recebeu socos. Outras sete pessoas já haviam sido presas em atos semelhantes, no Maranhão.

Etchegoyen também disse que o governo está "profundamente preocupado" com os atos de violência contra caminhoneiros pelo Brasil, mas assegurou que os motoristas serão protegidos por integrantes de todas as forças federais. "Não temos mais movimento de caminhoneiros, o que temos agora e tem trazido preocupação é o uso da violência contra movimento de caminhoneiros."

Bloqueios de estradas. Jungmann informou que na noite de ontem havia 197 pontos de bloqueio em todo o País. Duas horas antes, às 17h, eram 267. Na noite de terça-feira, eram 616 pontos de obstrução. No auge da manifestação, na segunda-feira, foram 632. "Esses números são claros e apontam a desaceleração que estamos tendo neste momento", afirmou o ministro.

Até as 17h de ontem, de acordo com comunicado da Polícia Rodoviária Federal (PRF), já tinham sido realizadas as escoltas de 2.275 veículos de carga no País. Desde o início das escoltas, cerca de 36,3 milhões de litros de combustível foram transportados. A PRF também fez escola de cloro, sulfato de alumínio, ração, alimentos, sangue e carga viva.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Título: STF determina que empresas paguem multa

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que 96 empresas transportadores paguem em até 15 dias multas somadas em R\$ 141,4 milhões por terem desrespeitado sua decisão da última sexta-feira, em relação à greve dos caminhoneiros. Ao atender pedido da União na semana passada, o ministro determinou multa de R\$ 100 mil por hora às companhias que atuaram na interdição de vias.

A decisão se deu após a advogada-geral da União, Grace Mendonça, encaminhar ao ministro uma relação com os dados das 96 transportadoras que descumpriram sua decisão. À noite, Grace encaminhou os nomes de outras nove empresas que foram multadas em mais R\$ 67,2 milhões por descumprirem a decisão.

Como muitas das 96 transportadoras iniciais continuaram obstruindo rodovias, a AGU pediu que sanções contra elas aumentassem para R\$ 272,3 milhões. Assim, no total, as multas aplicadas a empresas já chega a R\$ 339 milhões. Caso não seja efetuado o pagamento das multas, Moraes determinou que as empresas tenham bens penhorados.

"Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será determinada a penhora de bens dos executados, com prioridade para dinheiro depositado em instituição financeira", disse. Os dados da AGU foram computados a partir de fiscalizações promovidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Na manifestação ao STF, Grace afirma que o mapeamento dos autos de infração exprime um "ânimo geral de contrariedade ao comando judicial, exemplificado pela persistência difusa do movimento de obstrução em rodovias de diversas unidades federativas".

Os flagrantes foram registrados nas BRs 282, 116, 101, 230, 040, 050, 226 e 364. Na lista dos municípios onde ocorreram as irregularidades estão Xanxerê (SC), Barra Mansa (RJ), Embu (SP), Taboão da Serra (SP), Balneário Camboriú (SC), Seropédica (RJ), Duque de Caxias (RJ), Uberlândia (MG), Candeias do Jamari (RO), Parnamirim (RN), Macaíba (RN) e Marabá (PA).

Os valores das multas variam entre R\$ 400 mil e R\$ 9,2 milhões. Alexandre de Moraes destacou que as empresas atentaram "gravemente contra a autoridade do Poder Judiciário" e "causaram sensíveis transtornos à população". O ministro destacou que as multas servem para "dar concretude e efetividade" às decisões. Ele destacou que "não é lícito" que as empresas se recusem a cumprir as obrigações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fabiana Cambricoli Renata Cafardo

Título: Na área de saúde, mais de 248 mil procedimentos deixam de ser feitos

Nos hospitais privados e filantrópicos, 30% das cirurgias eletivas tiveram de ser adiadas; 20% da indústria do setor parou

Mais de 248 mil procedimentos não realizados na rede municipal de saúde de São Paulo, 30% das cirurgias eletivas de hospitais privados e filantrópicos do Estado adiadas e 20% das indústrias de equipamentos médicos paradas. Estas foram algumas das consequências dos dez dias de paralisação dos caminhoneiros na área da saúde. Sem receber medicamentos e materiais, a maioria dos hospitais e centros médicos paulistas preferiu adiar ou cancelar procedimentos não urgentes.

A decisão prejudicou pacientes como a arquiteta Vânia Sousa Giminiani, de 49 anos, que tinha uma cirurgia na coluna marcada para terça-feira no Hospital Samaritano. No dia anterior ao procedimento, ela foi avisada do cancelamento. "Já tinha marcado a cirurgia nas vésperas do feriado para ter esse período para me recuperar. Minha mãe ia ajudar no cuidado dos meus filhos. O

cancelamento complicou toda a minha programação", conta ela, que sofre de cefaleia da cervical, problema que provoca dores intensas no pescoço e na cabeça.

A cirurgia foi remarcada para o dia 8 de junho. A analista de recursos humanos Simone Godoy, de 44 anos, esperava havia três meses pela cirurgia de implante de prótese de silicone nas mamas. Adiantou o trabalho, pediu uma semana de folga para se recuperar e já estava em jejum, quando o hospital ligou na sexta-feira, avisando que o procedimento não seria feito. "Chorei muito e cheguei até a me questionar se era mesmo para eu fazer a cirurgia", conta.

Segundo ela, o Hospital Cruz Azul avisou que não haveria medicamentos nem alimentação para pacientes de procedimentos eletivos, apenas para casos de emergência. A previsão agora, ainda não confirmada, é de que a operação ocorra no fim de semana. Ela diz ser a favor da manifestação, mas "perdeu toda a esperança nesse Brasil". Desde sexta-feira, não sai do condomínio onde mora, na Serra da Cantareira, zona norte, porque o carro não tem gasolina.

Já o médico Leandro Barreto, de 37 anos, ficou realmente sem o carro. Ele teve de ir para a Praia Grande, no litoral paulista, na segunda-feira, para atender pacientes. Trata-se de um trabalho voluntário na periferia da cidade e não havia como entrar em contato com os pacientes para desmarcar. Mas o veículo de Barreto tinha apenas um quarto do tanque de gasolina. Ele então pegou a estrada, fez os atendimentos e não quis arriscar voltar com o carro.

Deixou o veículo no litoral e pegou um ônibus. "Sabia que o tanque não ia dar e até me planejei para deixar lá. Vou tentar buscar no fim de semana." Em algumas unidades de saúde, a falta de gasolina impediu que os doentes chegassem aos centros. Segundo a Federação dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (Fehoesp), 50% a 60% dos atendimentos deixaram de ser realizados por ausência dos próprios pacientes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder Daniela Amorim Renata Batista / RIO

Título: PIB fraco e greve abatem cálculos para a economia

No 1º trimestre, PIB teve alta de 0,4%; projeções para o ano caíram para 2%

O crescimento econômico de 0,4% no primeiro trimestre ante o quarto trimestre de 2017 confirmou a recuperação lenta da economia após a recessão de 2014 a 2016, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O órgão classificou a recuperação de "gradual", mas tudo pode ir por

terra no segundo trimestre, por causa da greve de caminhoneiros que parou as estradas Brasil afora desde a semana passada.

A frustração da possibilidade de um crescimento mais acelerado no primeiro trimestre já serviria de gatilho para uma série de revisões nas projeções para o crescimento econômico de 2018, o movimento dos caminhoneiros acelerou o processo. Diante desse novo cenário, economistas ouvidos ontem pelo Estadão/Broadcast esperam, na média, alta de 2,0% no Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Na edição mais recente do Boletim Focus, as projeções de analistas apontavam para crescimento de 2,37%.

Há quem não descarte recuo no segundo trimestre e crescimento na faixa de 1,0% neste ano. Para a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Instituto Peterson de Economia Internacional e professora da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, o crescimento deverá ficar ao redor de 1,5% em 2018. "É difícil imaginar que a economia vá a algum lugar nesses meses até as eleições", afirmou a pesquisadora.

Segundo ela, o quadro retratado no PIB do primeiro trimestre já mostrava indicadores "andando de lado". Tanto a indústria quanto os serviços cresceram apenas 0,1% em comparação aos três últimos meses do ano passado. Com alta de 0,6% na mesma comparação, abaixo dos 2,1% no quarto sobre o terceiro trimestres do ano passado, os investimentos "não pegaram". "Não tinha de onde vir impulso para 2018. Em 2017, tivemos a safra recorde, a liberação do FGTS e a queda da inflação, que não se repetem", disse.

Impulso. No primeiro trimestre, a queda da inflação – ao lado da expansão do crédito – ainda impulsionou o avanço de 2,8% no consumo das famílias em relação a igual período do ano passado. Segundo Monica, a piora do cenário externo – a alta de juros nos Estados Unidos fez o dólar subir no mundo todo em abril e maio – já era um sinal negativo e, agora, a greve dos caminhoneiros e suas repercussões atingirão em cheio os investimentos.

Para Rebeca Palis, coordenadora das Contas Nacionais do IBGE, a greve dos caminhoneiros poderá ter reflexos na inflação, nas vendas do comércio e no volume de serviços prestados. Rebeca citou ainda o comércio de bens perecíveis e o transporte de carga, mas acredita em contaminação também nas importações e exportações. "Óbvio que pega a economia toda, existe um efeito em cadeia aí, mas não é imediato", disse a pesquisadora do IBGE.

Na visão do economista Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), o crescimento econômico deste ano pode ficar abaixo de 2,0%, mas

tudo dependerá da conjuntura depois da greve dos caminhoneiros. "Se começar a parecer com desgoverno, aí que os empresários não investem", disse.

Eleições. Já Monica de Bolle teme que esse cenário se estenda para além das eleições, dificultando, no próximo governo, a aprovação de reformas consideradas necessárias para impulsionar a economia. Em primeiro lugar porque as reformas acabaram associadas à impopularidade do governo Michel Temer. Em segundo, porque o movimento dos caminhoneiros expôs um "curto-circuito" em relação aos caminhos para tirar a economia do buraco.

"A população está desgastada com tudo o que se passou no País e agastada com a corrupção, achando que nada presta, mas que um monte de coisa tem que ser feita. Ao mesmo tempo, não legitima que essas coisas sejam feitas pela via do aumento de impostos ou corte de gastos", disse a economista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Paralisação deve prejudicar crescimento de todo o ano

Bancos estimam redução de até 0,7 ponto percentual no PIB de 2018; agropecuária será setor mais prejudicado

A greve dos caminhoneiros levou o Santander a cortar sua projeção de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano em 0,7 ponto percentual. "Vínhamos com (uma previsão de alta de) 3,2% desde outubro. Já íamos revisar para algo mais perto de 2,5% por causa dos resultados do começo deste ano. Mas a decisão de 2% foi por conta da greve, considerando seus efeitos diretos e indiretos", disse o economista do banco Rodolfo Margato.

Para o segundo trimestre, o Santander ainda reviu sua projeção do PIB de 0,8% para 0,2%. Segundo Margato, além da redução da produção nos setores que foram obrigados a parar por causa do protesto dos caminhoneiros, a confiança do consumidor e do investidor deverá recuar nos próximos meses, puxando a economia para baixo.

O economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, também destacou, em relatório, a queda da confiança do consumidor e dos empresários já em abril e revisou sua previsão para o PIB do ano de 2,3% para 2%.

A coordenadora do boletim de macroeconomia do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, Silvia Matos, projeta, com base em dados preliminares, um impacto da greve em cerca de R\$ 15 bilhões no PIB deste ano. Segundo ela,

isso significa um recuo de 0,2% na previsão de crescimento, resultando em um PIB de 1,9% em 2018.

O Itaú já vinha mais pessimista, com uma projeção de 2% no PIB, e ainda não incorporou os resultados das paralisações do transporte de cargas. "O impacto de curto prazo (que inclui apenas a interrupções nas cadeias de produção e suprimentos, e não considera os efeitos na confiança) não deve chegar a 0,4 ponto porcentual no resultado do segundo trimestre", afirmou o economista do banco Artur Passos.

Líder. Segmento da economia que registrou o melhor desempenho no primeiro trimestre deste ano, com alta de 1,4% na comparação com o último trimestre de 2017, a agropecuária sairá bastante abalada da greve dos últimos dias, de acordo com Margato, do Santander. "O agro deverá mostrar o pior resultado do segundo trimestre em termos de impacto. A produção se perdeu, os produtos não são estocáveis, como o das montadoras de carros." Segundo ele, produções como a de suínos poderão levar até cinco meses para se recuperarem.

As projeções do Santander apontam ainda que a agropecuária deverá registrar uma queda de 9,3% no segundo trimestre na comparação com o mesmo período do ano passado. Nessa mesma base de comparação, o setor recuou 2,6% no primeiro trimestre deste ano. /LUCIANA DYNIEWICZ e ADRIANA FERNANDES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Bráulio Borges

Título: Análise - O PIB fraco e a inflação abaixo da meta

Mais importante do que os números de um ou outro trimestre, os dados do IBGE sobre o PIB mostram que a saída do "fundo do poço" (fim de 2016) tem sido muito mais lenta do que em outras recessões tão severas e duradouras como a atual: a essa altura do campeonato (cinco trimestres após o término da recessão, seguindo a datação do Codace/ FGV), o PIB brasileiro já acumulava altas próximas de 6% tanto na saída do ciclo recessivo 1981-83 como em 1989-92. No episódio atual, essa taxa está em +2,7%.

O que explicaria isso? Há uma série de fatores, como a elevada ociosidade e alavancagem inibindo uma retomada mais firme dos investimentos, bem como os níveis ainda elevados de incerteza restando decisões de consumo e de investimento dos agentes. Esses elementos, contudo, também estavam presentes nos outros episódios e ainda assim a retomada foi significativamente mais rápida no passado.

Há algo a mais agora. E, em minha opinião, é a postura da política monetária doméstica: o BC foi cauteloso demais na redução da Selic, a taxa básica de juros, no último ano e meio, dada a magnitude do excesso de ociosidade da economia (hoje em torno de -6%). Isso fica evidente pela inflação corrente e por uma expectativa de que o IPCA se situe abaixo do centro da meta por três anos seguidos (2017 a 2019), mesmo já incorporando nessas projeções os efeitos do choque cambial recente associado ao fortalecimento global do dólar.

Goste-se ou não do nível da meta de inflação definida pelo CMN (essa é uma outra discussão), o BC deveria sempre atuar para evitar desvios sistemáticos da inflação efetiva, sejam eles para baixo ou para cima. Instrumentos para buscar isso ainda estão disponíveis: a Selic ainda está bem distante de zero (embora o nível neutro esteja em torno de 8%) e os recolhimentos compulsórios ainda são razoavelmente elevados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: José Ronaldo de C. Souza Jr.

Título: Análise - Resultado confirma retomada, mas incerteza aumenta

Os dados do IBGE confirmam o que os indicadores mensais já mostravam, que a retomada do crescimento continuou no 1.º trimestre, porém num ritmo mais lento do que se esperava no fim do ano passado. Os fatores que contribuíram positivamente foram o crescimento do consumo de bens duráveis e dos investimentos em máquinas e equipamentos, ambos impulsionados por taxa de juros baixa para os padrões brasileiros.

A taxa básica de juros caiu de 14,25%, em agosto de 2016, para 6,50%, em março deste ano. Queda expressiva, cujos efeitos foram parcialmente sentidos na economia. A recuperação do crédito à pessoa física já está ocorrendo, mas tende a se intensificar. Para pessoa jurídica, por sua vez, ainda não mostrou recuperação mais intensa devido à redução do crédito direcionado.

Para os próximos trimestres, já se esperava um aumento da incerteza em função do período eleitoral. Entretanto, as mudanças recentes no cenário internacional criaram um ambiente externo menos favorável para as economias emergentes, com impactos imediatos sobre a taxa de câmbio. Apesar disso, como as contas externas brasileiras apresentam situação confortável, os maiores riscos são as questões internas. O País tem um déficit fiscal estrutural, que, para ser menor, necessita de reformas que reduzam o ritmo de crescimento das despesas públicas.

A greve dos caminhoneiros adiciona novo componente de incerteza. O Orçamento, já engessado, passa a ter de atender a novas demandas. Além disso, ainda é cedo para se mensurar os efetivos impactos do movimento sobre o nível de atividade. O fato é que dias úteis foram perdidos e que as restrições à movimentação de cargas (e seus efeitos negativos nas cadeias produtivas) têm impacto no PIB. Além disso, a confiança de empresários e consumidores também pode ser afetada, reduzindo os efeitos potenciais da política monetária sobre investimento e consumo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Douglas Gavras

Título: 'País ficou com menos combustível para se recuperar'

Para economista, PIB do primeiro trimestre causa frustração, e expectativa é crescer menos do que o esperado em 2018

O crescimento de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, divulgado ontem pelo IBGE, é, antes de tudo, frustrante, diz a economista e colunista do Estado Ana Carla Abrão Costa. Para ela, o dado mostra um arrefecimento da recuperação do País, após a recessão de 2015 e 2016, e aponta que 2018 será pior do que antecipavam os analistas.

Ela ressalta que o dado positivo dos três primeiros meses deste ano veio novamente pelo agronegócio, mas indústria, serviços e investimentos continuam afetados pelo desemprego, a fraqueza na geração de vagas e na renda das famílias e a insegurança das empresas, que adiam aportes pela alta ociosidade e pelo cenário eleitoral ainda muito nebuloso.

"Todo mundo está revisando as expectativas de crescimento deste ano para baixo." O sentimento geral, diz, é que o Brasil ficou com menos combustível para a retomada, por conta do alto grau de insegurança e de incertezas. Na avaliação dela, os últimos dias mostraram que o governo de Michel Temer chegou ao fim. "Agora, é torcer para as eleições chegarem e este mandato acabar oficialmente." Leia, a seguir, trechos da entrevista.

Como podemos interpretar esse resultado de alta de 0,4% no PIB do primeiro trimestre? É crescimento ou estagnação?

É um crescimento, mas é um crescimento frustrante. Mostra um arrefecimento da recuperação da economia, que começamos a ver no ano passado. A tendência é de piora do resultado esperado para 2018.

Até o início do ano, os analistas previam um crescimento robusto para 2018. Muitos agora estão revisando essas previsões. O que mudou em tão pouco tempo?

Todo mundo está revisando as expectativas para o ano, porque os indicadores mostram que o gás, o combustível, da recuperação da economia perdeu força, por conta das inseguranças e incertezas. O resultado do primeiro trimestre é claro: estamos colhendo os frutos das reformas que foram adiadas e ficarão por fazer. O Brasil está pagando uma conta pela falta da reforma da Previdência e das 15 medidas anunciadas pelo governo no começo do ano, que pouco avançaram. Nada indica que a recuperação do emprego será robusta e a geração de vagas não vai vir como o esperado. Eu acredito que o Brasil está num buraco cuja dimensão o Congresso ainda não entendeu – e parte da população também não. No início do ano, a gente não entendeu que a situação ainda era tão grave, apostou-se muito na reforma trabalhista e na regra do teto de gastos públicos como motores de confiança, mas os problemas estruturais não foram, nem de perto, resolvidos.

O momento atual é de frustração de expectativas?

Sim, frustrou-se a expectativa de que estávamos entrando em uma recuperação consolidada. Se confirmada essa tendência, vão pesar mais as incertezas que estão pela frente. Eleições sempre geram grande volatilidade e interrupção de investimentos. Na disputa eleitoral incerta que temos pela frente, o impacto deve ser maior. O que vemos é mais um cenário em que todos mantêm a cautela do que um ambiente de recuperação forte.

A greve dos caminhoneiros vai ter um impacto significativo no PIB do segundo trimestre?

Ainda não é possível mensurar, mas certamente terá impacto no resultado do PIB. O peso das concessões que o governo já fez virá nas contas públicas. Além disso, é ruim a sinalização de que o Brasil continua fazendo concessões, tratando de forma pontual alguns setores com maior capacidade de pressão. O governo continua cedendo ao corporativismo e fazendo intervenções que são disfuncionais, como tabelar frete e reduzir pedágio. Além disso, claramente o governo Temer acabou, está na bacia das almas. Com baixa popularidade e sem legitimidade, o governo coloca o País em uma situação complicada e isso se reflete nos investimentos, que devem voltar com força só mais tarde. É um fim de mandato melancólico, e agora nos resta contar os dias até as eleições, para que ele acabe oficialmente, e torcer para que não seja eleito um desastre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth Breno Pires / BRASÍLIA****Título: Aprovado edital de venda de distribuidoras**

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem por unanimidade o edital de privatização das seis distribuidoras da Eletrobrás no Norte e Nordeste. Ao todo, sete ministros votaram a favor do voto do relator, ministro José Múcio Monteiro.

A decisão foi antecipada pelo Estadão/Broadcast. Com a aprovação pelo TCU, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve publicar o edital de venda das seis empresas em um prazo entre uma semana e dez dias.

As distribuidoras, que atuam nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí, registraram prejuízos superiores a R\$ 20 bilhões para a Eletrobrás desde que foram assumidas pela estatal, há cerca de 20 anos.

As empresas são reconhecidas por ineficiência e por pagarem salários quase três vezes superiores aos da iniciativa privada. O TCU aceitou os argumentos do **Ministério de Minas e Energia** de que o melhor, para viabilizar a venda das companhias, era cobrar uma outorga simbólica, de R\$ 50 mil por empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Multa diária por greve de petroleiros passa de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões**

Disputa. Para Tribunal Superior do Trabalho (TST), que acatou ação movida pela Advocacia-Geral da União e pela Petrobrás, paralisação da categoria tem motivação política e ideológica; segundo estatal, estoque de derivados de petróleo garante abastecimento

Os empregados da Petrobrás, liderados por duas federações sindicais, confrontaram o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e iniciaram à zero hora de ontem greve para protestar contra a gestão do presidente da companhia, Pedro Parente. Em resposta, o TST, que já na terça-feira tinha considerado a

paralisação ilegal pela sua "natureza política e ideológica", aumentou de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões a multa diária cobrada de 18 entidades sindicais.

Liderados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), os petroleiros questionam os preços dos combustíveis e do gás de cozinha praticados pela empresa. Pedem também a saída de Pedro Parente da presidência e a suspensão do programa de venda de ativos da empresa.

Não há na lista de demandas apresentadas à companhia qualquer pleito de caráter trabalhista, como aumento de salários ou redução de jornadas. Esse argumento foi apresentado ao TST pela direção da empresa, que teve o pedido de liminar condenando a paralisação aceito.

"Não existe pauta reivindicatória, porque a pauta reivindicatória é muito mais de natureza política do que propriamente de vantagens, incluindo remuneração, porque o acordo (coletivo) que assinamos no ano passado é válido por dois anos, inclusive já com a regra de reajuste deste ano nele estabelecida. Não há razões ligadas ao regime de trabalho nessa discussão", contestou Parente, em teleconferência com analistas na terça-feira. Posicionamento reforçado ontem pelo diretor de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão da Petrobrás, Nelson Silva, durante evento em São Paulo.

"Tudo é política". Nas redes sociais, o coordenador-geral da FUP, José Maria Rangel, disse que a "greve é para defender o Brasil", para que a população pague "um preço justo pelos derivados de petróleo". Em entrevista a blogueiros, Rangel afirmou que "tudo é política nessa vida", e culpou a orientação de Parente de querer dismantlar a Petrobrás.

Assim que foram notificados da última decisão do TST, de ampliar o valor da multa diária, os grevistas voltaram a se reunir para decidir os rumos do movimento. Até o fechamento desta edição, não havia decisão sobre a continuidade do movimento.

A FUP reúne a maior parte dos sindicatos representantes dos funcionários da estatal, entre eles o do Norte Fluminense, responsável pela Bacia de Campos, principal região produtora de petróleo. A entidade é filiada à CUT e é conhecida pela sua aproximação com o PT. Desde que Parente assumiu a presidência, a federação iniciou um embate interno para tentar barrar, principalmente, o programa de venda de ativos liderado pelo executivo. Na Justiça, seus sindicatos têm conseguido impedir a conclusão de algumas negociações.

Impacto. Das 52 plataformas mantidas pela Petrobrás, 25 aderiram à greve, e, das 15 refinarias, em 10 houve mobilizações. Durante todo o dia, trocas de

turnos foram atrasadas e equipes de contingência assumiram as atividades dos grevistas, garantindo a continuidade das operações. O abastecimento de derivados de petróleo não chegou a ser comprometido. Os grevistas afirmam que isso não está entre os objetivos da paralisação.

A Petrobrás informou que as refinarias continuam produzindo, apesar da greve, e que o volume de estoque de derivados de petróleo ainda é confortável para garantir o abastecimento da população. "A empresa disponibiliza produtos às distribuidoras à medida que é solicitada", informou a assessoria da estatal.

A legislação que rege as greves, a 7.783, define o fornecimento de combustíveis como um dos serviços essenciais que devem ser mantidos nos períodos de paralisação. Desde 1991, devido a uma derrota na Justiça, os petroleiros são obrigados a manter pelo menos 30% da produção em períodos de greve. Na paralisação de 1995, a maior realizada pela categoria, feita durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a parada dos trabalhadores durou 32 dias. E foi a única a afetar o abastecimento do País. / FERNANDA NUNES, DENISE LUNA, ANDRÉ BORGES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters E Renato Carvalho

Título: Por R\$ 7,6 bi, Enel vence disputa pela Eletropaulo

Grupo italiano fez proposta de R\$ 45,22 por ação da distribuidora, bem acima dos R\$ 39,53 ofertados pela Neenergia

A italiana Enel venceu a rival Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, na disputa pela distribuidora paulista Eletropaulo. A empresa ofereceu o maior preço pelas ações da concessionária e deve participar na segunda-feira da Oferta Pública de Ações (OPA), na B3. Para garantir a compra da empresa brasileira, no entanto, a companhia europeia terá de conseguir 50% mais 1 ação da Eletropaulo.

Após o anúncio de ontem, está marcado para a próxima segunda-feira um leilão em que a melhor oferta, ou seja, a da Enel, será levada para decisão dos acionistas da companhia. O valor a ser pago pela Enel chegaria a R\$ 7,6 bilhões.

O conselho de administração da Eletropaulo já recomendou aos acionistas que aceitem a oferta mais elevada, segundo ata de reunião do colegiado divulgada pela empresa.

De acordo com comunicados divulgados pelas empresas e pela B3, a Enel ofereceu R\$ 45,22 por ação da Eletropaulo, enquanto a Neoenergia se dispôs a

pagar R\$ 39,53. Antes da disputa, a Enel havia apresentado R\$ 32,20 e a Neoenergia, de R\$ 32,10 por papel.

Caso leve de fato a Eletropaulo, a Enel ultrapassará a atual primeira colocada no segmento de distribuição de eletricidade no Brasil, a CPFL, da chinesa State Grid. A Eletropaulo atende cerca atualmente de 18 milhões de consumidores, segundo informações do site da companhia.

A expectativa de que as empresas interessadas na compra da Eletropaulo elevassem as ofertas para a compra da distribuidora fez os papéis da Eletropaulo fecharem na máxima do dia na B3, nova denominação da Bolsa paulista. As ações da companhia fecharam cotadas a R\$ 35, o que elevou o valor de mercado da empresa paulista a R\$ 5,7 bilhões.

As ações da companhia refletiram as expectativas sobre as ofertas, e não as propostas em si, porque estas foram abertas após o fechamento do pregão.

Briga. A disputa pela Eletropaulo, que tem entre os sócios a norte-americana AES e o braço de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDESPar), começou no mês de março e desembocou em críticas públicas entre Enel e Neoenergia.

A Enel chegou a comprar anúncios em jornais para questionar um acordo anterior assinado entre a empresa e a Neoenergia, enquanto a Iberdrola fez queixas à Comissão Europeia por entender que os rivais teriam vantagem na disputa devido à participação do governo italiano na Enel.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Breno Pires / BRASÍLIA

Título: TCU declara Queiroz Galvão inidônea por período de 5 anos

Empresa foi condenada em processo que apurou fraudes nas licitações nas obras da Refinaria Abreu e Lima

Pela segunda vez, o Tribunal de Contas da União (TCU) declarou inidônea a empreiteira Queiroz Galvão por um período de cinco anos. A sanção decretada ontem impede a construtora de contratar com a administração pública federal. A empresa foi responsabilizada num processo que apurou fraudes nas licitações conduzidas pela Petrobrás nas obras da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Ipojuca/PE.

A Queiroz Galvão já havia sido declarada inidônea no início de 2017 num outro processo, que tratava de irregularidades relacionadas às obras da Usina de Angra 3, junto com a Techint, a UTC e a Empresa Brasileira de Engenharia. A punição às quatro empresas, no entanto, até hoje não começou a ser cumprida. Os recursos apresentados, com efeito suspensivo da decisão, ainda não foram julgados pelo plenário. O tribunal espera em breve poder analisar os recursos.

No processo original sobre irregularidades em Abreu e Lima, o TCU constatou que arranjos de preço feitos por 16 empresas, em licitações para obras na Refinaria Abreu e Lima, levaram a um prejuízo de R\$ 1,9 bilhão, na medida em que terminou havendo um desconto de 17% no valor que deveria ser ofertado no caso de um cenário competitivo nas licitações. Em junho de 2016, o TCU resolveu abrir processos separados para analisar, individualmente, a responsabilidade das empresas que teriam corrompido dirigentes da Petrobrás e elevado o preço das obras.

Em relação à Queiroz Galvão, o ministro relator, Benjamin Zymler, destacou em seu voto que a empreiteira, apesar de tudo apurado pelo TCU, não colaborou para o esclarecimento dos fatos e não assumiu irregularidades até agora.

Água fria. A defesa argumentou que a empresa tem se esforçado para colaborar e tem estabelecido um programa de compliance e afirmou que uma punição seria "um balde de água fria". "Eu nem de longe me sentiria responsável pela temperatura da água. Isso (a punição de inidoneidade) seria decorrência da postura não colaborativa da empresa nos últimos anos", retrucou o ministro Zymler ao iniciar seu voto. "Que tipo de contrapartida ofereceu a Queiroz Galvão para que suspendêssemos a nossa atividade? O que temos é uma empresa que não colaborou em nenhum momento", disse o relator.

Procurada, a Queiroz Galvão diz que "recorrerá da decisão do TCU, uma vez que vem prestando todos os esclarecimentos necessários ao processo."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Pedro de Camargo Neto

Título: #somostodoscaminhoneiros, porém...

A mobilização dos caminhoneiros Brasil afora, e o amplo apoio que obteve de inúmeros setores da sociedade, espelha a insatisfação da sociedade com a nossa realidade. A combustão espontânea dos caminhoneiros é resultado da

frustração de todos os dias arcamos com preços que reduzem nossa qualidade de vida, quando não inviabilizam a atividade produtiva. Os combustíveis e a composição de seus preços facilitam a compreensão do Brasil que criamos.

O petróleo retirado das profundezas e refinado por uma empresa estatal, que antes de tudo dizem ser nossa, e foi alvo recente de escândalo, com os custos de distribuição pelo País afora, acrescido de tributos que somam mais de 50 por cento entre federais e estaduais inviabiliza muitas atividades. É a realidade do Brasil. Sempre que necessário foram se criando ou ampliando alíquotas e impostos.

Ajusta-se o orçamento transferindo recursos do setor privado para o público. A mobilização dos caminhoneiros claramente explicita que chegamos ao limite. O governo deixou a mobilização crescer a ponto de criar um início de pânico. Foram capazes de já com a mobilização no País inteiro produzirem um acordo que foi ridicularizado no exato momento que foi anunciado.

Três dias depois produziram outro acordo que atendeu teoricamente à reivindicação inicial dos caminhoneiros. E a mobilização continuou. E os prejuízos também. O descontrole permitido pelo governo foi crescendo. Ao acompanhar as reações dos caminhoneiros, e seus apoiadores que também cresceram, vimos aparecer o discurso de pedido de intervenção militar.

Apresentada como solução para todos os males, não ficava claro como seria realizada a tal inaceitável intervenção. O desejo expresso pelo movimento que parou o Brasil, além do preço do diesel, esteve sempre atrelado à redução do gigantismo do Estado, sua ineficiência, seus privilégios, além da corrupção. Intervenção militar foi o que, na ausência de lideranças de uma sociedade infelizmente ainda muito desorganizada, usaram para expressar uma enorme insatisfação existente em toda a população do País.

O governo apresentou sua proposta de reduzir a carga de impostos no diesel. Isto é, reduzir a transferência de recursos do setor privado para o público. O que não apresentou foi como reduzir o tamanho do setor público, etapa essencial ou estaremos nos enganando mais uma vez. Esse essencial debate sobre o tamanho do setor público não entrou na agenda. Não se trata somente da eficiência maior ou menor das empresas estatais.

Será preciso enfrentar os valores que representam manter inúmeras corporações de funcionários públicos nas três esferas. Salários exorbitantes quando comparados com o setor privado, privilégios que ampliam os benefícios com nenhuma transparência, inclusive os previdenciários, além de uma questionável eficiência.

Certamente como proposta para equacionar a redução de impostos do diesel apresentarão o aumento de outros impostos. Foram incapazes de ouvir o grito que parou o Brasil. Não apresentarão nenhuma iniciativa para enfrentar o desperdício de recursos públicos. Continuarão ignorando os salários públicos muito superiores aos privados, mais do que isso, superiores ao que a legislação determina: que o maior salário seja o do presidente da República.

Continuarão a aceitar que o escrito na lei seja sempre burlado por interpretações criativas que o Judiciário homologa, até porque também participa ativamente desses privilégios. Continuarão sem enfrentar a questão dos auxílios-moradia, das pensões à filha que não se casam oficialmente para receberem aposentadorias milionárias. Infelizmente, o grito, apesar de forte, expressado com clareza por mais do que somente os caminhoneiros, por menos corrupção e privilégios, ficou perdido por ausência de lideranças da sociedade. O fato é que o setor público não cabe mais dentro do setor privado.

EX-PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Greve dos caminhoneiros: quem paga? José Pastore e Eduardo Pastore

Constatado o caráter disperso, descentralizado e baseado no WhatsApp, pode-se argumentar que o movimento dos caminhoneiros não foi uma greve típica, marcada pelo cabo de guerra entre empregados e empregadores e intermediado por sindicatos laborais e empresas. Nem por isso se pode ignorar as inúmeras ilegalidades praticadas pelos participantes. A começar pelas empresas transportadoras que, segundo o artigo 722 da CLT, estariam proibidas de fazer lockout – uma vez comprovado.

Em seguida vem a infração ao artigo 10 da mesma lei (que disciplina a paralisação de serviços ou atividades essenciais) que, no Inciso I, se refere explicitamente à distribuição de combustíveis. E, para completar, houve os delitos praticados contra o direito de ir e vir, assim como a ocupação indevida e o bloqueio de estradas e refinarias por meio de piquetes violentos.

Com isso, os responsáveis colocaram em risco a sobrevivência, a saúde e a segurança da população, o que é proibido pelo parágrafo único do artigo 11 da CLT. E o artigo 15 estabelece que os responsáveis estão sujeitos a sanções fixadas na legislação trabalhista, civil e penal.

Com todas essas previsões legais, foi estranha a omissão do Poder Executivo, do Ministério Público Federal e do Trabalho que deveriam ter acionado imediatamente o Poder Judiciário para julgar e penalizar os infratores. O acionamento do Supremo Tribunal Federal foi tardio e sem muita convicção quando se observa agora o aceno do governo para perdoar as multas e penalidades cabíveis.

A omissão e a complacência apontadas foram muito graves porque elas estimularam a prática da chantagem na escalada das demandas dos infratores e, em última análise, simbolizaram a senha para a detonação de novas paralisações impunes.

O custo dessa greve é astronômico. Cláudio Considera estimou em R\$ 100 bilhões (Início da retomada pode se reverter, Estadão, 29/5/2018). E as perdas não param aí. Tem-se pela frente a elevação de preços em decorrência da escassez dos produtos. E a maior de todas as perdas é o abalo da confiança dos agentes econômicos que suspendem as decisões de investir quando veem que as autoridades não implementam as leis.

No mundo inteiro, paralisações de transporte e de serviços essenciais são cercadas de muito rigor para garantir a necessária proteção ao povo. Quando os ilícitos são praticados a céu aberto, como no caso em tela, pergunta-se: quem paga os prejuízos causados pelas flagrantes ilegalidades?

Agora, os petroleiros anunciaram uma greve de advertência de 72 horas. Neste caso, porém, a Advocacia-Geral da União e a Petrobrás entraram prontamente com uma ação cautelar na Justiça do Trabalho para lembrar os grevistas de que a produção e refino de combustível são também atividades essenciais capituladas na Lei 7.783/1989. O Tribunal Superior do Trabalho prontamente declarou a greve abusiva e estipulou multas expressivas para os infratores que insistirem na greve.

Em uma sociedade livre não é possível obrigar as pessoas a trabalharem contra a sua vontade, mas é inadmissível que venham a colocar em risco a sobrevivência, a saúde e a segurança das pessoas e, impunemente, causar prejuízos irreparáveis às empresas, à economia e à imagem do país. É assim que funciona o Estado de Direito. A greve dos caminhoneiros ocorreu dentro de um país que parece não ter lei e nem autoridade para serem respeitadas. Esse não é o caminho para atrair investimentos e gerar empregos.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Política**Autor:** Gabriela Vinhal/Rodolfo Costa/Renato Souza**Título:** Morte eleva nível de tensão nas estradas

A greve dos caminhoneiros, a cada dia, registra mais casos de violência. Apesar de o número de focos de protestos ter diminuído drasticamente, a intolerância ainda assombra os pontos de bloqueio pelo país. O motorista autônomo José Batistela, de 70 anos, morreu ontem com uma pedrada na cabeça durante uma manifestação em Rondônia. A greve, que causou sérias consequências nos setores de abastecimento e alimentação, elevou a tensão da população contra a categoria. Após ofuscarem a pauta com pedido de intervenção militar, o movimento dos transportadores perdeu o apoio popular e a impaciência tomou conta de uma parcela dos cidadãos, que clamam para que a normalidade seja novamente instaurada no Brasil.

Segundo levantamento do governo federal, o número de pontos de concentração de protestos diminuiu drasticamente ontem. Às 19h, foram registrados 197 focos pelo país — uma redução de 337 em comparação com o balanço anterior, das 17h. O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, atribuiu a desobstrução das estradas ao acordo firmado entre os caminhoneiros e o governo, além da ação progressiva das forças federais e estaduais. “Agora, o movimento começa a ser infiltrado por aqueles que queriam dar redirecionamento político e esta medida, evidentemente, atingia a todos nós e à democracia”, justificou.

Apesar do enfraquecimento da paralisação, a violência com que os caminhoneiros grevistas ainda estão sendo tratados preocupa autoridades federais. José Batistela, assassinado ontem, foi atingido por uma pedra, que quebrou o para-brisa do caminhão e o atingiu na cabeça. Na região de Vilhena (RO), no momento do crime, ocorriam ao menos duas manifestações de moradores, convocadas pelas redes sociais em apoio aos transportadores. Um amigo do motorista disse ao portal G1 que o caminhoneiro não fazia parte do movimento, apesar de apoiar o protesto dos colegas. Ele estaria transportando uma carga de madeira para o município de Mirassol (MT), quando parou no ponto de manifestação dos grevistas. José aguardava no local para continuar a viagem, quando ocorreu a agressão.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o caminhoneiro chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos. Testemunhas afirmaram aos policiais que a pedra foi lançada de um carro de passeio, que trafegava no sentido contrário. A investigação está a cargo da Polícia Civil de Rondônia, que realizou perícia no caminhão.

Canal de denúncias

Em coletiva à imprensa, Jungmann afirmou que o principal suspeito de envolvimento no crime foi preso durante a tarde de ontem. “O principal suspeito foi detido algumas horas após o fato. O líder do grupo de que ele participava também foi preso e está sendo ouvido pela polícia”, destacou. O ministro ressaltou ainda que a via onde ocorreu o protesto estava sendo desbloqueada pelas forças federais.

Jungmann considerou o assassinato contra o caminhoneiro como um ato “absolutamente desumano”. Com a alta incidência de ameaças a caminhoneiros que tentam deixar a paralisação, a promessa do governo é de tratar, ainda com mais rigor, os atos de agressão. “Nós, na forma da lei, vamos punir com rigor esses que cometem uma violência que não é só covardia contra um ser humano indefeso, mas contra toda a sociedade. Por isso, por uma questão de Justiça, temos que responsabilizá-los e puni-los”, enfatizou. Para amparar outros condutores que possam ser coagidos por manifestantes, o governo lançou ontem um canal no WhatsApp para que denúncias sejam feitas pelo número (61) 99154-4645. Os nomes dos denunciadores serão mantidos em sigilo.

Com o enfraquecimento da greve, a expectativa do governo é de que os níveis de abastecimento no mercado consumidor possam voltar ao normal em até sete dias. Para endurecer as medidas contra os grevistas, a Advocacia-Geral da União (AGU) obteve vitória ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), para elevar multa já fixada em R\$ 100 mil por hora para R\$ 5 milhões por dia às transportadoras que permanecerem com carretas nos pontos de protesto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: Sete Lições dos Caminhoneiros

Nas entrelinhas

Não se recomenda a ninguém jogar um paralelepípedo para o alto, bem na vertical, e ficar olhando para ver o que acontece. Com sorte, o sujeito escapa com vida de um traumatismo craniano. A greve dos caminhoneiros, depois de 10 dias, entrou mesmo em declínio, mas quase deixou a economia do país em estado de coma. A primeira lição a se tirar talvez seja a de que nenhuma categoria profissional tem o direito de fazer a nação de refém, como disse o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF). Por isso, é legítimo utilizar os meios de defesa do Estado para evitar que isso aconteça, inclusive as Forças Armadas. Não importa que o governo Temer seja impopular nem que a

opinião pública majoritariamente apoie o movimento. Todos devem ter seus direitos de ir e vir respeitados.

A segunda lição é a de que o país não está preparado para enfrentar um locaute das empresas de transportes e de distribuição, que foram a espinha dorsal do movimento; sem esse apoio, a greve não teria a mesma envergadura. Agora, sabemos que esse setor minoritário da economia tem o poder de pôr em colapso o país. É preciso repensar o atual modelo de transportes. Um pacto perverso entre o setor automotivo, os sindicatos de metalúrgicos e o governo gerou o excesso de oferta de frete no mercado, exacerbado pela “nova matriz econômica” e a recessão do governo Dilma.

Terceira lição: os militares não estavam preparados para enfrentar uma crise do modelo de logística que tanto defenderam como via de integração nacional. Não havia um plano de contingência para prevenir o bloqueio de portos, refinarias, centros de distribuição e principais eixos rodoviários do país; as Forças Armadas, mesmo convocadas, demoraram 10 dias para abrir os corredores de abastecimento dos principais centros do país. Até o aeroporto de Brasília ficou sem condições operacionais, o que não acontece nem em Bagdá, Damasco e Cabul.

A substituição das ferrovias pelas rodovias no Brasil tem muito a ver com a experiência da II Guerra Mundial, na qual o deslocamento rápido de tropas e blindados alemães por rodovias surpreendeu os franceses e escancarou a obsolescência da Linha Maginot. As fortificações construídas pela França ao longo de suas fronteiras com a Alemanha e a Itália, após a Primeira Guerra Mundial, entre 1930 e 1936, era composta de 108 fortes a 15 km de distância uns dos outros, edificações menores e casamatas, e mais de 100 km de galerias. Interrompida a 20km de Sedam, por ali avançaram as blitzkrieger alemãs, apesar das lições da derrota de Napoleão III e seus 88 mil homens, no mesmo local, em 1870, na guerra franco-prussiana. Com a Linha Maginot intacta, a França foi ocupada e as tropas inglesas cercadas e empurradas para o mar.

Quarta lição da greve: as estruturas verticais de poder, em tempos líquidos, não conseguem traduzir e representar a sociedade no fluxo das crises. Como nas manifestações de 2013, os caminhoneiros se organizaram horizontalmente pelas redes sociais; o movimento continuou mesmo após os sindicatos terem fechado um acordo com o governo. Foi preciso outra negociação, com líderes regionais; ainda assim continuou mais radicalizado e violento, porque a minoria fez uso da força para manter os bloqueios nas estradas. Não houve um ponto estratégico, em todo o território nacional, em que um grupo atuante não impusesse suas decisões aos demais, num nível de cooperação e coordenação superior até ao das forças de segurança.

Eleições

A ficha dos políticos só caiu quando eles se deram conta de que havia setores do movimento dos caminhoneiros interessados em desestabilizar o Planalto e provocar uma intervenção militar. Já não existe um governo de coalizão, essa é a quinta lição. O isolamento do presidente Michel Temer foi absoluto. Não houve solidariedade do Congresso. Alguns governadores mandaram a Polícia Militar se recolher. Corretamente, as Forças Armadas foram orientadas a negociar exaustivamente com os grevistas, jamais entrar em confronto com os manifestantes. Foram raros os casos de emprego de tropa de choque para dissolver bloqueios ilegais e até desumanos, no caso de transporte de oxigênio e produtos farmacêuticos. Dois homicídios estão na conta de grevistas.

A sexta lição: a Constituição de 1988 ainda é o que nos une, com todos os defeitos. Graças a elas as instituições funcionam e têm legitimidade. Seus mecanismos, quando acionados, responderam às necessidades, mais uma vez tendo o Judiciário como poder moderador. Temos um governo fraco, mas um Estado forte, capaz de exercer suas funções essenciais: arrecadar, normatizar e coagir. Finalmente, a última lição: a greve dos caminhoneiros foi instrumentalizada por grupos radicais. Estão muito organizados na internet, utilizam perfis falsos, robôs e fake news. A maioria é de direita e simpática ao deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ), candidato a presidente da República, mas setores de esquerda a eles se aliaram para desestabilizar o governo, irresponsavelmente. A palavra de ordem “Fora, Temer!” é unificadora dos extremos. Houve muito ciberataques aos órgãos oficiais. Está óbvio que esses grupos atuarão fortemente nas eleições, com os mesmos métodos. Até que ponto tentarão inviabilizá-las ou fraudá-las?

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Bruno Santa Rita/Maiza Santos

Título: Esperança de preço mais baixo

Em meio à escassez de combustível, o Governo do Distrito Federal reduziu o valor do litro da gasolina usado como referência para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em vez dos R\$ 4,59 que estão em vigor, passará a valer os R\$ 4,29 que prevaleceram na primeira quinzena de abril. Esse preço deve ficar congelado por pelo menos um mês.

Em contrapartida, após cinco reduções seguidas no preço da gasolina, a Petrobras anunciou, ontem, o aumento do custo do combustível nas refinarias. O reajuste de 0,74% vale a partir de hoje. Com isso, o preço do combustível saiu de R\$ 1,9526 para R\$ 1,9671.

O último reajuste tinha sido anunciado no dia 21, quando teve início a greve dos caminhoneiros. De lá para cá, a companhia realizou cinco cortes seguidos no preço da gasolina nas refinarias. Esse é o primeiro aumento desde então. Segundo a Petrobras, o valor do combustível varia segundo as cotações internacionais. E, ainda assim, os preços que chegam aos postos é da gasolina pura, que ainda passa por um processo de mistura com biocombustíveis. O reajuste vem depois por conta de impostos e custos de tratamento e transporte.

Ontem, os brasilienses encararam mais um dia de longas filas para abastecer. Dos 33 postos percorridos pelo Correio, apenas quatro — três na EPTG e um na Asa Sul — tinham gasolina no início da noite de ontem. O grande problema tem sido a falta de álcool anidro, substância misturada à gasolina tipo A para obter o tipo C, própria para abastecer os veículos. De acordo com o governo, no entanto, 10 caminhões carregados de álcool anidro foram recebidos pela distribuidora do DF, ontem, por volta das 19h30. Os combustíveis vieram de Ipameri (GO), escoltados pela Polícia Rodoviária Federal. A situação, porém, está longe de ser normalizada. “O processo não é rápido. Alguns postos já estão cientes de que só receberão gasolina na sexta-feira (amanhã)”, explicou Carlos Alves, presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do DF (Sinpospetro).

Segundo ele, somente o diesel é encontrado em maiores quantidades. “Mesmo se o álcool anidro chegar, ainda vai fazer a mistura, não vai direto para os postos, e a tendência é acabar rápido devido à grande procura.”

O gerente de compras de um comércio local Edinaldo Gilberto Batista dos Santos, de 49 anos, esperou ontem na fila de um posto no Sudoeste por pelo menos 1h30. Ele afirmou que está sem gasolina para ir comprar as mercadorias que abastecem o seu comércio. “Com a crise, os produtos pararam de chegar. E eu não consigo mais comprar porque estou sem gasolina”, reclamou.

Confusão

Alguns clientes indignados por terem sido impedidos de encher galões de gasolina no posto Jarjour, da 206 Norte, atearam fogo nas vias do Eixinho L Norte, a fim de bloquear o trânsito. A polícia que estava no local afirmou que o dono do posto optou por fechar o estabelecimento, mesmo com gasolina, para evitar mais conflitos.

Segundo Abdala Jarjour, proprietário da unidade, a confusão começou porque o posto se recusou a abastecer galões. “Não vendemos em galão que não seja do Inmetro”, explicou. Segundo ele, seria um desrespeito às pessoas que estavam

nos carros à espera de combustível.

A atendente Vilany da Rocha, 41 anos, disse que não abriria mão de encher o galão para retirar seu carro que está parado próximo ao posto. “Vou ficar aqui até as 6h”, protestou.

*Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Andressa Paulino / Maiza Santos

Título: Ainda faltam mercadorias

Com a greve dos caminhoneiros chegando ao 11º primeiro dia, a falta de mercadorias continua a impactar a rotina dos consumidores. O reabastecimento ainda é tímido, e os itens que podem ser encontrados estão a preços nada convidativos.

Segundo levantamento do Correio, as mercadorias estão começando a voltar para as prateleiras dos supermercados. Itens como hortifrutigranjeiros, que nos primeiros dias da semana eram raridade nos estabelecimentos, agora podem ser encontrados em alguns locais.

De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), porém, os estoques só serão regularizados em cinco a 10 dias. Enquanto isso, ainda há dificuldade para encontrar ovos e peito, coxa e sobrecoxa de frango, por exemplo.

Para vendedora Gláucia Neves, 41 anos, encontrar supermercado abastecido é sorte. “É preciso tempo para procurar bastante. Na maioria dos locais está faltando produto”, contou. E quando o estabelecimento tem os itens procurados, os preços são acima do esperado. “A batata mesmo, há algumas semanas deixei de comprar. Outros itens, como carnes e pepino, estou levando em quantidades menores”, ressaltou. “Os supermercados aumentaram consideravelmente os preços dos produtos.”

Em todo o país, a falta de alimentos nas prateleiras preocupa. Em supermercados de Minas Gerais o quadro se agravou e o desabastecimento começa a atingir produtos como massas, pães em geral, cereais e enlatados, de acordo com um levantamento da Associação Mineira de Supermercados. Em São Paulo, continuaram a faltar produtos perecíveis, como frutas, verduras, legumes, carnes, ovos e leite. “Os efeitos da greve não acabaram para os

supermercados daqui”, disse o superintendente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Carlos Correa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Gabriela Vinhal/Rodolfo Costa

Título: Multa maior para petroleiros

A paralisação dos petroleiros entra hoje no segundo dia. A promessa é de que a greve dure, ao menos, 72 horas, com um possível fim marcado para a 0h de sábado. Até o fechamento desta edição, 25 plataformas tinham aderido ao movimento, além de Cabiúnas e bases administrativas de Macaé, no Rio de Janeiro.

A categoria reivindica a redução dos preços do gás de cozinha e dos combustíveis, a manutenção dos empregos e a retomada da produção interna de combustíveis, o fim da importação da gasolina e de outros derivados de petróleo, o fim da privatização e do desmonte do Sistema Petrobras, e a demissão do Pedro Parente da presidência da empresa.

O movimento contraria a ordem do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que considerou a greve abusiva e determinou multa de R\$ 2 milhões por dia, aplicada aos sindicatos dos petroleiros que aderirem à paralisação. Na terça-feira, a multa inicial era de R\$ 500 mil. A alteração ocorreu após o TST atender, parcialmente, a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), que queria o aumento, mas de R\$ 5 milhões.

Em outra frente, a Petrobras dialoga com a categoria para tentar chegar a um desfecho, como afirmou a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça. Ela avaliou, no entanto, que a paralisação não tem legitimidade. “A categoria já tem um acordo coletivo em curso, e o prazo de validade vai até 31 de agosto de 2019. É um elemento importante para caracterizar ainda mais a abusividade”, enfatizou.

Em apoio à paralisação, ao menos 12 cidades do país realizaram atos públicos ontem, organizados pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, além de centrais sindicais.

Sem previsão

A Federação Nacional dos Petroleiros — entidade que reúne cinco sindicatos da categoria — anunciou que está em greve por tempo indeterminado. O secretário-geral da FNP e coordenador geral do Sindipetro Litoral Paulista,

Adaedson Costa, disse, num vídeo no site da instituição, que a decisão do TST é política e arbitrária e que o movimento não vai ser suspenso.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Leonardo Cavalcanti

Título: O corpo mole dos governadores

Especialistas em segurança pública estranharam um fato durante os primeiros dias da greve dos caminhoneiros: normalmente nessas situações, quem desbloqueia as estradas e escolta os caminhões são policiais militares estaduais. Para os observadores, alguns governadores fizeram corpo mole.

“Aparentemente, alguns chefes nos estados não queriam ficar mal contra um movimento com apoio popular. No fundo houve uma queda de braço entre o presidente e alguns governadores”, disse a esta coluna um cientista político. Dois governadores pelo menos, Márcio França (SP) e Rodrigo Rollemberg (DF), participaram diretamente de negociações ou usaram a PM. No caso do Distrito Federal, foram 822 escoltas entre os últimos dias 23 e 29.

Por sua vez, diante da atuação das Forças Armadas para conter a greve dos caminhoneiros, o general Eduardo Villas Boas, comandante do Exército, tem usado as redes sociais para conseguir empatia da população. Já que os militares foram convocados pelo governo federal para intervir em um movimento apoiado por parte da população, o temor do comandante é de que a imagem da corporação saia prejudicada. Até vídeo do Luciano Huck ele postou ontem.

Fake News I

Imagens de uma suposta invasão à Câmara dos Deputados foram compartilhadas incansavelmente em grupos de WhatsApp. Com o vídeo falso, vinha um texto dizendo que a pedido do presidente da Casa, Rodrigo Maia (foto), o Brasil tinha decretado Estado de Sítio. “Os deputados estão saindo na porrada”, indicava o material. Nada disso aconteceu.

Fake News II

Internautas conseguiram imagens de carros oficiais do Senado sendo abastecidos no posto privativo que fica dentro da garagem da Casa. Chegou-se a afirmar que 100 mil litros de gasolina foram distribuídos para uso dos parlamentares. Ocorre que, desde 2016, o posto do Senado foi desativado. Agora, carros oficiais são abastecidos em quatro postos conveniados: na 202 Norte, na 213 Sul, no Setor Hoteleiro Norte e no Lago Sul.

Colaboraram Bernardo Bittar e Renato Souza

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Anna Russi

Título: Tanques vazios em oito aeroportos

Na véspera do feriado de Corpus Christi, a malha aérea do Brasil continuou afetada pela falta de combustível de aviação. Pelo menos oito aeroportos do país ainda sofrem com a falta de combustível. Apesar de as companhias aéreas admitirem 24 cancelamentos até o início da noite de ontem, o site da Infraero apontava 63, o equivalente a 5,6% do total de voos, menos que no dia anterior quando o índice de cancelamentos representavam 8,69%.

Os oito terminais que estão sem querosene são Uberlândia (MG), Campina Grande (PB), Juazeiro do Norte (CE), Palmas (TO), Imperatriz (MA), Londrina (PR), Montes Claros (MG) e Brigadeiro Protásio. Desses, sete estão desabastecidos desde segunda-feira. A Infraero, que administra os oito aeroportos, informou que acompanha a situação e tem atuado para garantir a chegada dos caminhões com combustível de aviação, inclusive no período do feriado de Corpus Christi. Em Cumbica, em Guarulhos (SP), e no Galeão, no Rio de Janeiro, os aeroportos são abastecidos por dutos da Petrobras e, por isso, não sofreram os impactos da crise.

A companhia aérea Avianca já apresentou a previsão de cancelamentos para o feriado prolongado: são três voos hoje, oito para amanhã, nove no sábado e somente um no domingo. A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) afirmou, por meio da assessoria de imprensa, que a tendência é de que a situação se normalize ao longo dos próximos dias e observou que as filiadas já registram queda no número de voos cancelados motivados pela greve dos caminhoneiros. “Os aeroportos com estoque crítico de combustível estão sendo gradualmente abastecidos”, disse.

Reservatórios

O Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, na capital federal, operou normalmente ontem, apesar do registro de sete cancelamentos, até o fechamento desta reportagem. Todos foram devido a ajustes na malha aérea brasileira. Com o consumo ao longo do dia, a capacidade dos reservatórios de querosene de aviação (QAV) atingiram a marca de 40%, após a chegada de seis caminhões escoltados pelo Exército e demais órgãos de segurança federais e distritais. Na terça-feira, estava em 66%.

O dentista João Vieira, 50 anos, chegou ao aeroporto um pouco mais cedo do horário previsto para o voo para garantir que tudo estaria certo. “Fiquei apreensivo até ontem (terça), mas hoje (quarta) achei tudo bem tranquilo, todos os atendimentos nos horários certos e a situação bem controlada”, afirmou. Para ele, a situação no país tanto dos aeroportos quanto dos outros setores afetados está começando a se normalizar aos poucos.

Em dias normais, o Aeroporto de Brasília recebe pelo menos 20 caminhões-tanques. O comboio que chegou ontem levou cerca de 200 mil litros de querosene de aviação em quatro carretas. O número é menor que o recebido no dia anterior, quando recebeu 19 caminhões-tanques. Segundo a Inframerica, que administra a unidade, o combustível atual é suficiente para garantir as operações durante o feriado de Corpus Christi, mas outras remessas ainda são esperadas para hoje.

* Estagiária sob supervisão de Roberto Fonseca

Pontos de bloqueio diminuem

No décimo dia de greve dos caminhoneiros, boa parte das rodovias que estavam sendo obstruídas pelos manifestantes acabou desocupada, com a ajuda das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Ainda havia, até o início da noite de ontem, 267 pontos de manifestação em 16 estados do país. As passagens, entretanto, só estavam impedidas em cinco unidades da Federação: Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) conseguiu liberar pontos importantes, como a Via Dutra, que liga os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Pela manhã, as forças de segurança montaram um “corredor de segurança” para garantir a passagem de caminhões e escoltaram motoristas que decidiram abandonar o protesto na região. A Rodovia Régis Bittencourt, que administra o trecho entre São Paulo e Curitiba, também não tinha mais bloqueios ontem à noite, após o Exército ter feito operações em cinco trechos da via.

A Fernão Dias, que faz a conexão entre a capital paulista e Belo Horizonte, e a BR-060, que liga Brasília a Goiânia, também foram completamente desobstruídas. Com a volta do tráfego, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, afirmou que a cidade vai suspender o estado de emergência.

A maioria dos protestos que se mantém está na região Sul. No fim do dia, ainda havia 68 pontos de bloqueio em Santa Catarina, 79 no Rio Grande do Sul e 39 no Paraná. Mas, durante a noite, os caminhoneiros já começavam a desmobilizar as manifestações em alguns pontos dos estados. No Paraná, equipes do Exército foram deslocadas para as rodovias para garantir a passagem de motoristas e o

escoamento das cargas.

Ainda foram registrados alguns pontos de resistência no Pará, onde manifestantes montaram uma barricada e a incendiaram, na BR-316. Na Rodovia SP-101, em Capivari, outro grupo queimou pneus e bloqueou a estrada.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Retomada segue lenta e PIB cresce 0,4%

Rio de Janeiro — A economia brasileira patina e o crescimento de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2018, ainda que acima das expectativas do mercado, mostra que a recuperação do país continua lenta e gradual. A alta foi o quinto resultado positivo, após oito quedas consecutivas, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. No segundo trimestre deste ano, contudo, a atividade econômica deve sentir um baque, resultado da greve dos caminhoneiros.

Os dados de 2018 foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também revisou o desempenho do PIB nos trimestres anteriores. A coordenadora das Contas Nacionais da instituição, Rebeca Palis, alertou para os efeitos da crise dos combustíveis. “Todos os indicadores devem sofrer impacto, desde preços até o PIB. Alguns setores tiveram paralisação de produção. O segmento de perecíveis será bastante afetado, assim como o de transporte de cargas. E teremos efeito em cadeia”, projetou. “Mas ainda não há como mensurar isso.”

Para o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira, ex-ministro do Planejamento, é cedo para avaliar os efeitos da greve dos caminhoneiros no PIB. “Foram poucos dias. Ainda não há números, mas não dá para dizer que não haverá impacto”, reconheceu.

No primeiro trimestre do ano, na comparação com o último de 2017, a agropecuária cresceu 1,4%, enquanto indústria e serviços tiveram variação positiva de 0,1%. Em valores correntes, o PIB totalizou R\$ 1,6 trilhão e retornou ao nível do primeiro semestre de 2011. “Voltamos a patamares pré-crise”, disse Rebeca. O último dado positivo antes da recessão foi o quarto trimestre de 2014. “Depois daí, só tivemos queda até o primeiro trimestre de 2017, quando começamos a ter taxas positivas novamente. Estamos com índices baixos, mas positivos”, ressaltou.

Revisão

O ritmo da economia vem subindo numa média de 0,4%, apontou o IBGE, que revisou dados de 2017 divulgados anteriormente. O crescimento do primeiro trimestre do ano passado foi revisto de 1,3% para 1,1%. O dado do segundo trimestre permaneceu positivo em 0,6%. Já nos últimos períodos, houve melhora: a alta do PIB passou de 0,2% para 0,3% no terceiro trimestre, e de 0,1% para 0,2% no último.

De acordo com André Perfeito, economista-chefe da Spinelli Corretora, o índice de 0,4% do primeiro trimestre veio acima da projeção do mercado. “Nossa estimativa era de variação zero. O resultado positivo se calcou, novamente, no comportamento robusto da agricultura, enquanto indústria e serviços permaneceram fracos”, comentou.

Apesar do resultado do primeiro trimestre ter ficado acima da expectativa, a greve dos caminhoneiros fez analistas cortarem a previsão de alta do PIB em 2018. Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, reduziu a projeção de 2,5% para 1,9%. “Não descartamos nova redução. A greve está cedendo, mas ainda terá rescaldo relevante na economia. Teremos um segundo trimestre fraco”, disse. A agência de classificação de risco Austin Rating prevê queda de 0,7% no trimestre em curso.

Pelo lado da despesa, o consumo das famílias e o investimento ajudaram o resultado positivo, com expansão de 0,5% e de 0,6% respectivamente. Do lado negativo, os gastos do governo recuaram 0,4%, o que contribuiu, por exemplo, para que a construção civil, que está no vermelho há 16 trimestres seguidos, caísse 0,6% na comparação com o último trimestre de 2017. Outra contribuição negativa veio do comércio exterior, segundo Cláudia Dionísio, gerente de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, porque as importações (2,5%) cresceram mais do que as exportações (1,3%).

Impostos

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB teve alta de 1,2%. Pela ótica da produção, a agropecuária caiu 2,6%, a indústria cresceu 1,6% e os serviços tiveram expansão de 1,5%. Cláudia ressaltou que o crescimento do PIB teve grande colaboração dos impostos porque, enquanto o valor adicionado subiu 0,9%, os tributos cresceram 2,9%.

“Para chegar ao preço do consumidor final, o imposto é pesado. A indústria de transformação, que tem mais impostos embutidos que os serviços, teve alta de 4%. Ali tem IPI (Imposto sobre Produtos Importados) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Como são impostos líquidos sobre

produtos e consumo, houve um crescimento acima da média da economia”, argumentou.

Pela ótica da despesa, os investimentos tiveram o segundo trimestre consecutivo de alta: 3,5% em relação ao mesmo período do ano passado. E o consumo das famílias cresceu 2,8%.

“Para avaliar este desempenho é preciso ver o conjunto macroeconômico. No primeiro trimestre, a inflação está bem mais baixa e os juros, menores”, explicou a gerente do IBGE. “Se for olhar pelo indicador de renda e emprego, ainda é ruim. Mas as operações de crédito estão positivas, as famílias se endividaram para comprar bens de consumo, que foram os que mais cresceram. Se tivesse emprego e renda, em vez de 2,8%, o indicador de consumo teria sido muito maior”, acrescentou.

Outro fator que contribuiu, segundo Cláudia, foi a Páscoa. “Neste ano, o feriado caiu no primeiro trimestre, enquanto, no ano passado, foi em abril. O segmento de supermercados ficou mais aquecido”, justificou. O setor que mais cresceu foi justamente o comércio, tanto atacadista quanto varejista, com alta de 4,5%, reflexo do aumento do consumo das famílias.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Sabotagem agrava a crise

Visão do Correio

A paralisação dos caminhheiros, iniciada dia 21, motivada sobretudo pela alta recorrente do preço do óleo diesel, levou o governo federal a atender a todos os itens da pauta de reivindicações da categoria. Dez dias se passaram e não mais se justifica manter a situação de desabastecimento de combustível, gêneros alimentícios e prejuízos ainda não calculados à economia nacional. Hoje, depois de declarado o fim da greve, observa-se politização da iniciativa, que demanda do poder público ações enérgicas que assegurem o retorno do país à normalidade.

Chegam à opinião pública informações e imagens de violência entre caminhoneiros. No início da tarde de ontem, um motorista de caminhão foi morto com uma pedrada na cabeça, quando trafegava na BR-364, no município de Vilhena (RO). Os atos de vandalismo, segundo o governo, são praticados por elementos estranhos à categoria, infiltrados que politizam uma ação inicialmente legítima e democrática. A degeneração do movimento paredista

começa a ser vista como sabotagem aos interesses dos cidadãos diretamente prejudicados pelo protesto.

Há manipulação do processo — provocação que poderá ter consequências ainda mais graves. Cabe ao serviço de inteligência ação mais assertiva contra os infiltrados. As investigações da Polícia Federal levaram à abertura, até agora, de mais de 50 inquéritos contra empresários do setor suspeitos de locaute, uma prática criminosa. Mas impõe-se identificar os autores e os patrocinadores dos atos de violência. A eles devem ser aplicadas punições rigorosas pelos crimes e pelos danos à sociedade e aos cofres públicos que, ao fim, impactaram no bolso dos contribuintes.

O atendimento das reivindicações dos caminhoneiros pelo governo federal exige que as unidades federadas sejam parceiras e reduzam, igualmente, o ICMS que pesa sobre a venda no varejo dos combustíveis. Mais do que isso: o movimento mostrou que não dá mais para postergar uma revisão séria e profunda da carga tributária que pesa sobre os ombros dos trabalhadores. Os poderes Executivo e Legislativo têm o dever de encarar a questão com a urgência que ela exige.

Há excesso de tributos e impostos em cascata que tornaram o sistema vigente injusto e punitivo a todas as categorias de trabalhadores. Quanto mais recursos são recolhidos aos cofres públicos federal, estaduais e municipais, menos retorno tem a sociedade. A precaridade dos serviços sob responsabilidade do Estado mostram a ineficiência da gestão pública. O desafio não terá resposta imediata, mas é questão que se impõe como prioridade para os futuros ocupantes do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional.

MME / ASCOM .